

PROGRAMA TRABALHO SEGURO – SC

RELATÓRIO DE ATIVIDADES ANOS 2020 E 2021



GESTÃO 2020-2021

Relatório Geral de Atividades

Anos 2020 e 2021

**Programa Trabalho Seguro
em Santa Catarina**

Gestão 2020-2021

Elaboração: servidora Luciana Pimenta de Oliveira Botelho



TRABALHO SEGURO

Programa Nacional de Prevenção de Acidentes de Trabalho

SUMÁRIO

Apresentação	6
1. Programa Nacional de Prevenção de Acidentes de Trabalho – Programa Trabalho Seguro	8
2. Metas (Bi) Anuais do Programa Trabalho Seguro	8
2.1. Cumprimento das Metas – 2020	8
2.2. Cumprimento das Metas – 2021	10
3. Gestão Nacional do Programa Trabalho Seguro – 2020-2021	14
4. Gestão Regional do Programa Trabalho Seguro – 2020-2021	15
5. Parceiros do Programa Trabalho Seguro em Santa Catarina	16
6. Minuta de projeto de lei recomendada aos municípios	17
7. Quadro das atividades realizadas em 2020 e 2021	18
8. Descrição das atividades realizadas em 2020 e 2021	
8.1. Visitas	19
8.2. Reuniões	21
8.3. Entrevistas	34
8.4. Eventos do PTS-SC	36
8.5. Eventos virtuais	40
8.6. Palestras	51
8.7. Assinatura de Termo de Adesão ao PTS-SC	54
8.8. Celebração de datas comemorativas	55
8.9. Inovações	60
8.10. Publicações	74
9. Utilização de recursos orçamentários	75

Apresentação

O ALTO CUSTO DOS ACIDENTES DE TRABALHO

O debate sobre a reforma da Previdência Social continua a pleno vapor, mas ainda não tocou num ponto crucial para o futuro do nosso país: a monumental quantidade de acidentes de trabalho, que nos últimos três anos vitimou mais de 2 milhões de brasileiros — o equivalente à soma da população de Porto Alegre e Florianópolis. São dados assombrosos, sobretudo se consideramos que nem todos os casos são devidamente reportados e que mais da metade dos trabalhadores *está* na informalidade.

Nesta sexta-feira (28), o Brasil e boa parte do mundo comemoram o Dia em Memória às Vítimas de Acidentes do Trabalho, data que começou a ser celebrada em 1969 para homenagear 78 mineiros dos Estados Unidos que morreram numa explosão. A data traz uma nova oportunidade de reflexão e, com ela, a possibilidade de mudarmos ao menos dois graves equívocos sobre o tema.

Em primeiro lugar, é preciso mudar a noção de que os acidentes acontecem “por acaso”. Ao contrário, eles são o resultado previsível do descaso com que encaramos as rotinas, equipamentos e atitudes fundamentais para nossa segurança. Não temos o hábito de olhar o ambiente de trabalho como um lugar propício a riscos que precisam ser eliminados ou, pelo menos, minimizados.

Outro erro é menosprezar as consequências dos acidentes, que acabam tendo efeito sobre toda a economia. O contribuinte terá de custear as despesas médicas e os benefícios concedidos aos acidentados. Já as empresas ficam sujeitas

a pagar indenizações e até mesmo a ressarcir as despesas do governo, caso fique comprovada sua negligência. De acordo com estudo da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho, o Brasil gasta anualmente cerca de R\$ 10 bilhões com indenizações e tratamentos decorrentes de acidentes de trabalho. Em resumo, todos saem perdendo.

Nenhum equipamento ou lei pode proteger mais nossos trabalhadores do que uma verdadeira cultura de prevenção aos acidentes. Ela deve começar na escola e ser celebrada diariamente por famílias, empresas e instituições. Não se trata de custo ou despesa, mas de um investimento inadiável em nosso próprio futuro.



Roberto Luiz Guglielmetto
Desembargador Gestor Regional do Programa Trabalho Seguro

1. Programa Nacional de Prevenção de Acidentes de Trabalho – Programa Trabalho Seguro

O Programa Trabalho Seguro foi instituído pela Resolução CSJT nº 96/2012 com objetivo de desenvolver, em caráter permanente, ações voltadas à promoção da saúde do trabalhador, à prevenção de acidentes de trabalho e ao fortalecimento da Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho – PNSST.

As atividades do Programa são norteadas pelas seguintes linhas de atuação: política pública; diálogo social e institucional; educação para a prevenção; compartilhamento de dados e informações; estudos e pesquisas; efetividade normativa e eficiência jurisdicional.

2. Metas (Bi)Anuais do Programa Trabalho Seguro

ANO	TEMA
2012	Acidente na construção civil
2013	Acidente no setor de transportes
2014	Acidente com trabalhadores rurais
2015	Acidente nos trabalhos com máquinas
2016 2017	Transtornos mentais relacionados ao trabalho
2018 2019	Violência no trabalho: enfrentamento e superação
2020 2021	Construção do trabalho seguro e decente em tempos de crise: prevenção de acidentes e de doenças ocupacionais

2.1. Cumprimento das Metas – 2020

O Ofício Circular CSJT.SG.AGGEST nº 17/2020 comunicou que a Comissão Nacional e os Gestores Regionais do Programa Trabalho Seguro (PTS) deliberaram que, em razão dos recentes acontecimentos no Brasil e no mundo ocasionados pelo coronavírus, excepcionalmente no biênio 2020-2021 as metas do Programa fossem anuais.

Com ações pautadas no tema do biênio 2020-2021 - Construção do trabalho seguro e decente em tempos de crise: prevenção de acidentes e de doenças ocupacionais – o Programa Trabalho Seguro em Santa Catarina durante o ano de 2020 cumpriu as Metas nacionais a ele estabelecidas, conforme a seguir transcrito.

2.1.1. META 1. “Realizar evento científico multidisciplinar na jurisdição do Tribunal Regional sobre a Covid-19, de forma virtual.”

2.1.1.1. LIVE ocorrida em 03 de dezembro de 2020.

Evento *on-line* promovido pela UNOESC com a participação da Juíza Gestora Auxiliar Lisiane Vieira e representantes do INSS e a Universidade, abordando o tema Respeito e Inclusão de reabilitados em acidentes de trabalho e pessoas com deficiências e o mercado de trabalho (identificação de competências e limitações por equipe especializada, com emissão de laudo).

2.1.2. META 2: "Atuar em parceria com as Escolas Judiciais ou com instituições públicas e privadas para divulgar medidas de prevenção da saúde mental, após o trauma da pandemia da Covid-19."

2.1.2.1. LIVE ocorrida em 22 de setembro de 2020.

Evento *on-line* promovido pelo PTS-SC e pelo TRT-SC, com apoio da EJUD-12, com o tema Trabalho saudável em tempos de pandemia, aspectos psicossociais e ergonômicos do trabalho.

O Juiz Gestor Regional Ricardo Jahn coordenou a *live* transmitida pelo canal do YouTube da Escola Judicial, a qual contou com a participação da psicóloga Elaine Dal Col da Silva e da fisioterapeuta Angela Carbonera Mazzi, ambas servidoras do TRT-SC, abordando as novas e atuais variáveis do trabalho visando evitar problemas de saúde, tanto de ordem física como mental.

2.1.3. META 3: " Colaborar com os Tribunais Regionais para promoção de medidas de segurança e saúde dos magistrados e servidores, em razão da Covid-19 e especialmente no que se refere à retomada gradativa do trabalho presencial."

2.1.3.1. REUNIÃO ocorrida em 27 de agosto de 2020.

O Desembargador Gestor Regional Roberto Luiz Guglielmetto e o Juiz Gestor Regional Ricardo Jahn participaram da reunião por videoconferência do Comitê Gestor de Atenção Integral à Saúde de Magistrados e Servidores para tratar de assunto relativo à retomada do trabalho presencial visando a promoção de medidas de segurança e saúde dos magistrados e servidores,

em razão da Covid-19 e especialmente no que se refere à retomada gradativa do trabalho presencial.

2.2. Cumprimento das Metas – 2021

Para o ano de 2021, o Ofício PTS nº 012/2021 encaminhou as Metas anuais deliberadas pela Comissão Nacional e os Gestores Regionais do PTS, as quais foram cumpridas pelo Programa do TRT-SC, conforme a seguir relatado:

2.2.1. META 1. “Realizar um evento científico (seminário/webinário) multidisciplinar na jurisdição do Tribunal Regional, de forma virtual, envolvendo o tema do biênio. Sugestões de temas, entre outros:

- a) sequelas ou repercussões psicológicas nos trabalhadores acometidos pela Covid-19 a médio e longo prazo;
- b) saúde dos trabalhadores em plataformas e pandemia.”

2.2.1.1. WEBINÁRIO - 2º Encontro do Programa Trabalho Seguro da Região Sul -COVID-19: prevenção dos impactos psicológicos - ocorrido em 17 de setembro de 2021.

Evento *on-line* promovido pelo PTS do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. Abrindo os trabalhos, o Gestor Nacional Desembargador Sebastião Geraldo de Oliveira abordou o enquadramento ocupacional da Covid-19. Em seguida, as psicólogas Luciana Nunes da Motta Tavares, Elaine Dal Col da Silva, e o médico Marco Aurélio Vasconcelos, respectivamente dos TRTs da 9ª (PR), 12ª (SC) e 4ª (RS) Regiões, conduziram o painel sobre os impactos psicológicos da Covid-19 no âmbito dos Tribunais do Trabalho da Região Sul.

2.2.2. META 2: “Promover ações, estudos, debates, eventos e propostas de encaminhamentos para assegurar a saúde mental de magistrados, servidores e terceirizados em tempos de pandemia e de trabalho a distância, inclusive para o retorno ao trabalho quando for o caso.”

2.2.2.1. Elaboração de pesquisa dirigida a magistrados e servidores do TRT-SC, realizada pelo PTS-SC e o Comitê Gestor de Atenção Integral à Saúde de Magistrados e Servidores, objetivando avaliar os principais impactos e desafios que o enfrentamento à pandemia da Covid-19 trouxe para profissionais e as equipes que atuam no Tribunal. A pesquisa *on-line* encontra-se disponível a partir de 16 de setembro de 2021.

2.2.2.2. Painel de debates realizado durante o 2º Encontro do Programa Trabalho Seguro da Região Sul - COVID-19: prevenção dos impactos

psicológicos - ocorrido em 17 de setembro de 2021. As psicólogas Luciana Nunes da Motta Tavares, Elaine Dal Col da Silva, e o médico Marco Aurélio Vasconcelos, respectivamente dos TRTs da 9ª (PR), 12ª (SC) e 4ª (RS) Regiões, conduziram o painel sobre os impactos psicológicos da Covid-19 no âmbito dos Tribunais do Trabalho da Região Sul

2.2.3. META 3: “Debater com os especialistas as possíveis sequelas e as repercussões psicológicas dos trabalhadores acometidos pela Covid-19, a médio e longo prazo, de modo a propor as medidas preventivas cabíveis.”

2.1.3.1. REUNIÃO ocorrida em 16 de março de 2021.

O Desembargador Gestor Regional Roberto Luiz Guglielmetto, o Juiz Gestor Regional Ricardo Jahn e a Juíza Gestora Auxiliar Lisiane Vieira participaram da reunião por videoconferência com servidoras da Secretaria de Saúde de Santa Catarina para conhecerem três plataformas de base de dados que fornecem números que poderão auxiliar os juízes em suas decisões: o Sistema de Informação de Saúde do Trabalhador (Sistra), o Sistema de Informação Estadual de Radiações Ionizantes (Sieri) e a Plataforma Boa Vista. As tratativas para o convênio estão em andamento no TRT-SC.

2.2.4. META 4: “Intensificar a presença na mídia, por meio de artigos publicados em jornais/revistas/sites, entrevistas em programas de rádio/televisão, lives ou qualquer outro meio pelo qual se possa dialogar com a sociedade a respeito de SST e esclarecer a respeito de dúvidas sobre o tema.”

2.2.4.1. PUBLICAÇÃO de artigos pelos Gestores do PTS-SC.

“Os cuidados com o home office.” Autoria do Desembargador Gestor Regional Roberto Luiz Guglielmetto.

“IA e robótica: entre a automação e a (des)proteção do trabalho humano.” Autoria do Juiz Gestor Auxiliar Rodrigo Goldschmidt e da Advogada e Professora Vivian Graminho.

“Serviços e atividades essenciais em tempos de Covid19: desafios para o direito do trabalho e seus princípios constitucionais.” Autoria do Juiz Gestor Auxiliar Rodrigo Goldschmidt e do Professor Rodrigo Espiúca dos Anjos Siqueira.

“O direito (fundamental) de desconexão como instrumento de proteção e garantia dos direitos fundamentais do trabalhador.” Autoria do Juiz Gestor Auxiliar Rodrigo Goldschmidt e da Advogada e Professora Vivian Graminho.

“Inteligência artificial (I.A.) e o Direito do Trabalho: possibilidades para um manejo ético e socialmente responsável”. Autoria do Juiz Gestor Auxiliar Rodrigo Goldschmidt e do Juiz do Trabalho Oscar Krost.

2.2.4.2. ENTREVISTAS em programas de rádio/televisão.

Entrevista para a Rádio Líder Joaçaba, concedida pela Juíza Gestora Auxiliar Lisiane Vieira no dia 28 de abril de 2021. Foi abordado assunto relativo à prevenção e saúde dos trabalhadores.

Entrevista para a W3 – TV Araranguá, concedida pelo Juiz Gestor Auxiliar Rodrigo Goldschmidt no dia 1º de maio de 2021. Foi abordado assunto relativo ao Dia do Trabalhador.

2.2.4.3. Participação em *LIVES*.

Live promovida pela AMATRA 12, com a participação da Juíza Gestora Auxiliar Lisiane Vieira, abordando a relação entre o ingresso precoce no mercado de trabalho e o adoecimento do trabalhador, entre outros temas. Ocorrida em 25 de fevereiro de 2021.

Live promovida AMATRA 12, com a participação do Desembargador Gestor Regional Roberto Luiz Guglielmetto e do Juiz Gestor Regional Ricardo Jahn, abordando tema relativo ao Programa Trabalho Seguro em Santa Catarina. Ocorrida em 28 de abril de 2021.

Live "Saúde do trabalhador e da trabalhadora: prevenção é a melhor saída", realizada pela CISTT - Comissão Intersectorial de Saúde do Trabalhador e Trabalhadora de Joaçaba e transmitida via Facebook. Com a participação da Juíza Gestora Auxiliar Lisiane Vieira, enfatizando aspectos regionais: o quanto evoluímos em termos de prevenção de acidentes e doenças ocupacionais com as medidas previstas na ACP 1327/2009 e posteriormente com NR 36. Também foi discutido o trabalho realizado junto à indústria e trabalhadores da construção civil, de conscientização e formação, o que reduziu significativamente o número de acidentes nesse setor, além de aspectos relativos à COVID-19. Ocorrida em 29 de abril de 2021.

2.2.4.4. Participação em Audiência Pública.

Audiência pública promovida pela Comissão de Saúde da ALESC (Assembleia Legislativa de Santa Catarina), realizada em 04 de agosto de 2021, com a participação da Juíza Gestora Auxiliar Lisiane Vieira. A audiência pública teve por objetivo debater as questões relativas ao atendimento pelo INSS, em especial o atendimento exclusivamente digital para a grande maioria dos serviços.

2.2.5. META 5: “Realizar e incentivar campanhas e ações para o retorno ao trabalho, de forma humanizada, após o isolamento dos magistrados e servidores.”

2.2.5.1. Participação do PTS-SC no Comitê Gestor de Atenção Integral à Saúde de Magistrados e Servidores. O Juiz Gestor Regional Ricardo Jahn tem colaborado nas ações e campanhas do TRT-SC, como membro integrante do Comitê, visando o retorno ao trabalho, de forma humanizada, após o isolamento dos magistrados e servidores.

3. Gestão Nacional do Programa Trabalho Seguro – 2020-2021

Coordenação: Presidência do CSJT

Composição do Comitê Gestor Nacional do Programa Trabalho Seguro:

- Ministra Delaíde Alves Miranda Arantes, do TST, Coordenadora
- Desembargador Sebastião Geraldo de Oliveira, do TRT da 3ª Região
- Desembargadora Maria Beatriz Theodoro Gomes, do TRT da 23ª Região
- Desembargadora Márcia Nunes da Silva Bessa, do TRT da 11ª Região
- Juiz do Trabalho André Machado Cavalcanti, do TRT da 13ª Região
- Juiz do Trabalho Leonardo Vieira Wandelli, do TRT da 9ª Região

Gestores Nacionais do Programa Trabalho Seguro

Coordenadora: Ministra DELAÍDE ALVES MIRANDA
Tribunal Superior do Trabalho

Representante da Região Sudeste
Desembargador SEBASTIÃO GERALDO DE OLIVEIRA
Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região (MG)

Representante da Região Centro-Oeste
Desembargadora MARIA BEATRIZ THEODORO GOMES
Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região (MT)

Representante da Região Norte
Desembargadora MÁRCIA NUNES DA SILVA BESSA
Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região (AM/RR)

Representante da Região Nordeste
Juiz do Trabalho ANDRÉ MACHADO CAVALCANTI
Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região (PB)

Representante da Região Sul
Juiz do Trabalho LEONARDO VIEIRA WANDELLI
Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região

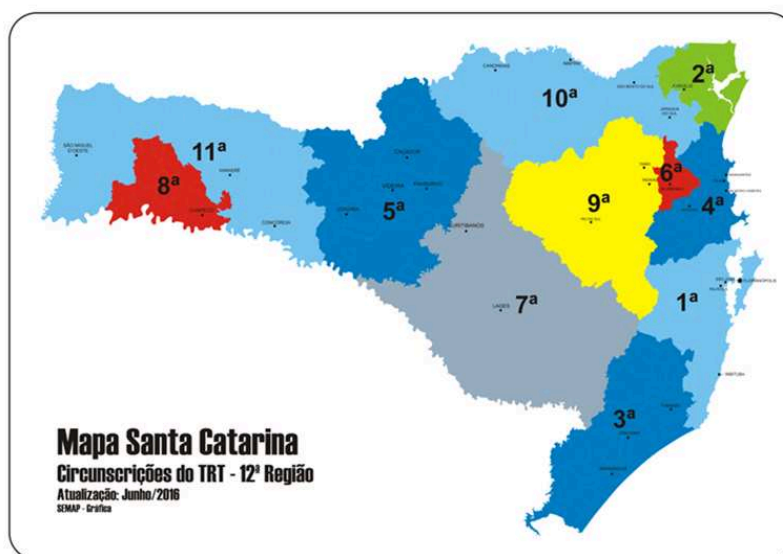
4. Gestão Regional do Programa Trabalho Seguro – 2020-2021

Gestores Regionais do PTS-SC:

- **Desembargador Roberto Luiz Guglielmetto**
- **Juiz Ricardo Jahn**

Gestores Auxiliares do PTS-SC:

- **Juíza Maria Aparecida Ferreira Jeronimo - 1ª Circunscrição**
- **Juiz Ozéas de Castro – 2ª Circunscrição**
- **Juiz Rodrigo Goldschmidt – 3ª Circunscrição**
- **Juiz Daniel Lisboa – 4ª Circunscrição**
- **Juiz Alessandro Friedrich Saucedo – 4ª Circunscrição**
- **Juiz Elton Antônio de Salles Filho – 4ª Circunscrição**
- **Juiz Rogério Dias Barbosa – 5ª Circunscrição**
- **Juíza Lisiane Vieira – 5ª Circunscrição**
- **Juiz Fabio Moreno Travain Ferreira - 6ª Circunscrição**
- **Juiz Leonardo Rodrigues Itacaramby Bessa – 7ª Circunscrição**
- **Juíza Hérika Machado da Silveira Cecatto – 7ª Circunscrição**
- **Juiz Carlos Frederico Carneiro – 8ª Circunscrição**
- **Juíza Ana Paula Flores – 9ª Circunscrição**
- **Juíza Adriana Xavier de Camargo – 10ª Circunscrição**
- **Juíza Régis Trindade de Mello– 11ª Circunscrição**



(Portaria SEAP nº 167/2017 e alterações).

5. Parceiros do Programa Trabalho Seguro em Santa Catarina

Atualmente o PTS-SC conta com 133 entidades parceiras, dentre elas associações, sindicatos, federações, confederações, conselhos, fundações, municípios, empresas e outros.

O Termo de Adesão ao Programa Trabalho Seguro é o documento utilizado para celebrar parceria com o PTS-SC.



TERMO DE ADESÃO

TERMO DE ADESÃO - PROGRAMA TRABALHO SEGURO - QUE ENTRE SI CELEBRAM O TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO E O _____ (nome da instituição), PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

O **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO**, inscrito no CNPJ nº 02.482.005/0001-23, doravante denominado **TRT 12**, com sede na Rua Esteves Júnior, 395, neste ato representado pela sua Presidente, Desembargadora do Trabalho **MARIA DE LOURDES LEIRIA**, e o (a) _____ (nome da instituição), inscrito no CNPJ nº _____, como sede na _____ (endereço), neste ato representado por seu(ua) Presidente/Diretor(a) _____ (nome), portador da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, contato por meio do correio eletrônico _____ @ _____ e telefone _____, doravante denominado **ADERENTE**, no uso de suas atribuições legais, firmam o presente **TERMO DE ADESÃO**, com fundamento na Lei nº 8.666/1993, no Decreto nº 7.602/2011 e na Resolução CSJT nº 96/2012, e alterações posteriores, no que couber, mediante as cláusulas e condições a seguir enumeradas:

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA – O presente Termo de Adesão tem por objeto a conjugação de esforços entre os participantes com vista à implementação de programas e ações regionais voltados à prevenção de acidentes do trabalho e ao fortalecimento da Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho.

1



DAS OBRIGAÇÕES COMUNS DOS PARTICIPES

CLÁUSULA SEGUNDA – São obrigações comuns aos participantes, sem prejuízo das competências legais de cada órgão e de outras necessárias ao alcance do objeto do presente Termo de Adesão:

- colaborar na implementação de políticas públicas permanentes em defesa do meio ambiente, da segurança e da saúde no trabalho, fortalecendo o diálogo social;
- promover estudos e pesquisas sobre causas e consequências dos acidentes de trabalho no Estado de Santa Catarina, a fim de auxiliar na prevenção e na redução dos custos sociais, previdenciários, trabalhistas e econômicos decorrentes;
- fomentar ações educativas e pedagógicas a fim de sensibilizar a sociedade civil e as instituições públicas e privadas sobre a necessidade de combate aos riscos no trabalho e de efetividade das normas e das convenções internacionais ratificadas pelo Brasil sobre segurança, saúde dos trabalhadores e meio ambiente de trabalho;
- criar e alimentar banco de dados comum, com informações necessárias ao alcance do objeto do presente Termo de Adesão.

DO PLANO DE AÇÃO E/OU PROJETO

CLÁUSULA TERCEIRA – Será apresentado pelo ADERENTE plano de ação e/ou projeto a ser adotado para a efetiva redução do número de acidentes de trabalho no âmbito de atuação dos participantes.

DO ACOMPANHAMENTO

CLÁUSULA QUARTA – Os participantes designarão gestores para acompanhar, gerenciar e administrar a execução do presente Termo de Adesão.

DOS RECURSOS FINANCEIROS E MATERIAIS

CLÁUSULA QUINTA – O presente Termo de Adesão não envolve a transferência de recursos, cabendo a cada participante arcar com os respectivos custos.

PARÁGRAFO ÚNICO. As ações resultantes deste ajuste que implicarem transferência ou

2



cessão de recursos serão viabilizadas mediante instrumento apropriado.

DA EFICÁCIA E DA VIGÊNCIA

CLÁUSULA SEXTA – Este Termo de Adesão terá eficácia a partir da data de sua assinatura e vigência indeterminada, sem prejuízo de manifestação expressa em contrário, nos termos da lei.

DO DISTRATO E DA RESILIÇÃO UNILATERAL

CLÁUSULA SÉTIMA – É facultado aos participantes promover o distrato do presente Termo de Adesão, a qualquer tempo, por mútuo consentimento, ou a resilição unilateral pela iniciativa de qualquer deles, mediante notificação por escrito ao **TRT 12**, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, restando para cada qual tão somente a responsabilidade pelas tarefas em execução no período anterior à notificação.

DAS ALTERAÇÕES E MODIFICAÇÕES

CLÁUSULA OITAVA – Este instrumento poderá ser alterado, por mútuo consentimento entre os celebrantes, durante a sua vigência, mediante Termo Aditivo, visando aperfeiçoar a execução dos trabalhos, exceto no tocante ao seu projeto.

DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

CLÁUSULA NONA – Aplicam-se à execução deste Termo de Adesão a Lei nº 8.666/1993, o Decreto nº 7.602/2011 e a Resolução CSJT nº 96/2012, no que couber, os preceitos de Direito Público e, supletivamente, os Princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de Direito Privado.

DA PUBLICAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA – O extrato deste instrumento será publicado no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho, pelo **TRT 12**, de acordo com o que autoriza o art. 4º da Lei nº 11.419/2006, combinado com o parágrafo único do artigo 61 da Lei nº 8.666/1993.

3



E, por estarem assim de pleno acordo, assinam os celebrantes abaixo firmados o presente instrumento, para todos os fins de direito.

_____, (local e data da assinatura) _____.

MARIA DE LOURDES LEIRIA

Desembargadora do Trabalho-Presidente

ROBERTO LUIZ GUGLIELMETTO

Desembargador do Trabalho
Gestor Regional do Programa Trabalho Seguro

RICARDO JAHN

Juiz do Trabalho Substituto
Gestor Regional do Programa Trabalho Seguro

_____, (representante)
(instituição)

4

6. Minuta de projeto de lei recomendada aos municípios:

MUNICÍPIO DE _____

PROJETO DE LEI Nº ____/2016.

DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE CONSTAR NOS EDITAIS DE LICITAÇÃO E RESPECTIVOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS CLÁUSULA DE CAPACITAÇÃO DOS TRABALHADORES ENVOLVIDOS SOBRE O TEMA SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO.

INSTITUI O DIA DE CONSCIENTIZAÇÃO DE SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

Art. 1º. Os órgãos e entidades da Administração Pública Direta e Indireta do Município de ____ (nome do município) ____ deverão inserir nos editais de licitação, cujo objeto seja a contratação de obras ou serviços que envolvam o fornecimento de mão de obra, bem como nos correspondentes contratos administrativos, cláusula com exigência de capacitação de todos os trabalhadores envolvidos sobre saúde e segurança do trabalho.

§ 1º. A capacitação em saúde e segurança do trabalho será exigida junto com os demais documentos necessários ao pagamento da obra ou serviço, e não poderá onerar o contrato.

§ 2º. A fiscalização do contrato deverá denunciar, por escrito, a existência de qualquer trabalhador sem a mencionada capacitação, ou com tal capacitação já vencida, para o fim de suspender o respectivo pagamento da obra ou serviço, até a regularização.

Art. 2º. Fica instituído o dia de conscientização de saúde e segurança no trabalho a primeira segunda-feira do mês de abril de cada ano, no qual a rede municipal de ensino, durante esse dia, por meio de seus professores, realizará uma atividade em classe de aula alertando os alunos sobre a questão.

Parágrafo único. No caso de esse dia recair em feriado ou ponto facultativo, as atividades serão transferidas para o primeiro dia útil seguinte.

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor a partir de ____ (dia, mês e ano) ____ e a obrigatoriedade de que se trata deverá constar dos Editais lançados a partir da mesma data.

Prefeitura de ____ (município) ____, ____ (dia, mês e ano) ____.

(assinatura)

____ (nome do prefeito) ____
Prefeito Municipal

7. Quadro das atividades realizadas em 2020 e 2021

Dentre as atividades desenvolvidas pelo Programa Trabalho Seguro em Santa Catarina durante os anos de 2020 e 2021, destacam-se:

TIPO DE ATIVIDADE	2020	2021
VISITAS	2	-
REUNIÕES	10	7
ENTREVISTAS	2	2
EVENTOS DO PTS-SC	1	1
EVENTOS VIRTUAIS	7	7
PALESTRAS	4	1
ASSINATURA DE TERMO DE ADESÃO	2	-
CELEBRAÇÃO DE DATAS COMEMORATIVAS	1	2
INOVAÇÕES	4	4
PUBLICAÇÕES	-	5
TOTAL	33	29
TOTAL GERAL	62	

8. Descrição das atividades realizadas em 2020 e 2021

8.1. Visitas

8.1.1. Visita à empresa Itagres

Local: sede da empresa em Tubarão, SC

Data: 05 de fevereiro de 2020

Representante do PTS-SC: Juiz Gestor Regional Ricardo Jahn

Notícia disponibilizada pela SECOM do TRT-SC:

JUIZ VISITA FÁBRICA DE REVESTIMENTOS CERÂMICOS NO SUL DO ESTADO



Juiz Ricardo Jahn (de terno) conheceu o chão de fábrica da Itagres

Dando continuidade ao projeto que visa a conscientização da sociedade para a importância de atuar na prevenção dos acidentes de trabalho, o juiz Ricardo Jahn, um dos gestores regionais do Programa Trabalho Seguro (PTS), conheceu na quarta (5) o chão de fábrica da produtora de revestimentos cerâmicos Itagres, em Tubarão. Jahn falou aos empresários e trabalhadores sobre medidas que podem ser tomadas no ambiente laboral para evitar acidentes.

Fundada em 1982 como Pisos Tubarão, a empresa iniciou suas atividades na produção de revestimentos em pequenas quantidades. Quase dez anos depois, virou a Itagres. Atualmente, conta com 400 colaboradores.

Para o advogado da empresa, Marcos Moraes, a visita proporcionou uma troca de experiências bastante proveitosa. “Além de ter conhecido “in loco” o nosso processo produtivo, o juiz Ricardo falou de atitudes que mudaram a percepção sobre segurança no trabalho em outras empresas, nos estimulando a aplicá-las aqui na Itagres”, assinalou o advogado, que acredita que a conscientização é o maior desafio.

8.1.2. Visita à empresa Cejatel

Local: sede da empresa em Jaguaruna, SC

Data: 12 de fevereiro de 2020

Representante do PTS-SC: Juiz Gestor Regional Ricardo Jahn

Notícia disponibilizada pela SECOM do TRT-SC:

EMPRESA DE PISOS E TELHAS DE SC É CONVIDADA PARA PARCERIA COM O PROGRAMA TRABALHO SEGURO



Juiz Ricardo Jahn ao lado de representantes da Cejatel

A Cejatel, indústria de pisos e telhas de Jaguaruna, foi convidada para ser parceira do Programa Trabalho Seguro em Santa Catarina. O pedido partiu do juiz Ricardo Jahn, gestor regional do Programa Trabalho Seguro (PTS), durante visita ao chão de fábrica da empresa na última semana (12).

Além de conhecer a estrutura do local, o magistrado procurou sensibilizar os trabalhadores e empregadores sobre as consequências da falta de segurança no trabalho, tanto para os envolvidos, como para a própria sociedade e o poder público. Jahn também apresentou dados de acidentes do Brasil.

A advogada da empresa, Evelyn Kuerten, considerou bastante benéfica essa aproximação do Judiciário. “Foram abordados temas de suma importância sobre prevenção à saúde do trabalhador e iniciativas de práticas educativas sobre segurança do trabalho”, afirmou, contando ainda que os diretores da empresa ficaram agradecidos pela visita que permitiu sentir o Judiciário “não como um cobrador, mas um incentivador do trabalho”.

No mercado desde a década de 70, a Cejatel conta com três fábricas, onde atuam cerca de 400 colaboradores. Seus produtos são exportados para mais de 50 países.

8.2. Reuniões

8.2.1. 1ª Reunião dos Gestores Nacionais e Regionais do Programa Trabalho Seguro

Local: Sede do TST em Brasília, SC

Data: 19 de fevereiro de 2020

Representantes do PTS-SC: Desembargador Gestor Regional Roberto Luiz Guglielmetto e Juiz Gestor Regional Ricardo Jahn

Notícia disponibilizada pela SECOM do TRT-SC:

GESTORES DO PROGRAMA TRABALHO SEGURO PARTICIPAM DE ENCONTRO NACIONAL NO TST



Desembargador Roberto Guglielmetto e Juiz Ricardo Jahn representaram Santa Catarina

O Tribunal Superior do Trabalho (TST) promoveu na quarta (19) a primeira reunião dos gestores nacionais e regionais do Programa Trabalho Seguro (PTS). Durante o evento, os participantes tiveram a oportunidade de apresentar as boas práticas e discutir as dificuldades encontradas no último biênio.

Santa Catarina foi representada pelos gestores regionais, desembargador Roberto Guglielmetto e juiz Ricardo Jahn. Entre as ações apresentadas pelos magistrados constou o Concurso Universitário de Peças Publicitárias, realizado com acadêmicos da área de Comunicação sobre o tema “Violências no trabalho.”

Outros assuntos abordados foram o orçamento para as ações do Programa, os temas que poderão pautar as atividades dos próximos anos, o cumprimento das metas e as adesões ao PTS - somente em Santa Catarina, são mais de 120 parceiros. O desembargador aproveitou a oportunidade para convidar os presentes a visitarem o site do Tribunal e conhecerem um pouco mais sobre o PTS.

8.2.2. Reunião com representante da Spal Indústria Brasileira de Bebidas (Coca-Cola)

Local: TRT da 12ª Região em Florianópolis, SC

Data: 05 de março de 2020

Representante do PTS-SC: Desembargador Gestor Regional Roberto Luiz Guglielmetto

Notícia disponibilizada pela SECOM do TRT-SC:

GESTOR DO PROGRAMA TRABALHO SEGURO RECEBE REPRESENTANTE DA COCA-COLA



Desembargador Roberto Guglielmetto e a advogada Cíntia Bernardo dos Santos

O desembargador Roberto Guglielmetto, gestor regional do Programa Trabalho Seguro (PTS), recebeu nesta quinta (5) a visita da advogada Cíntia Bernardo dos Santos, da Spal Indústria Brasileira de Bebidas, uma das franquias da Coca-Cola no país. A iniciativa do encontro partiu do interesse da empresa em conhecer o Programa.

Durante a reunião, o desembargador falou das ações desenvolvidas pelo PTS com o objetivo de educar e conscientizar toda a sociedade civil sobre a importância da prevenção aos acidentes de trabalho. O magistrado também colocou-se à disposição para ir até a empresa e conversar com os colaboradores sobre o assunto.

A advogada reconheceu o engajamento da Justiça do Trabalho para a redução dos números de acidentes e afirmou que terá um encontro com a área jurídica da empresa para conversar sobre uma possível adesão ao Programa.

Com uma de suas fábricas instalada em Antônio Carlos (SC), unidades operacionais de distribuição e comercial em todo o estado, a Spal conta hoje com mais 1,6 mil colaboradores, sendo 632 na área fabril – no Brasil, são 20 mil.

8.2.3. Reunião com a Secretaria de Comunicação do TRT de Santa Catarina

Local: TRT da 12ª Região em Florianópolis, SC

Data: 05 de março de 2020

Representante do PTS-SC: Desembargador Gestor Regional Roberto Luiz Guglielmetto

A Direção da SECOM do TRT-SC reuniu-se com o Desembargador Gestor Regional Roberto Luiz Guglielmetto para tratar sobre o planejamento das atividades de divulgação do Programa para o ano de 2020.

8.2.4. 2ª Reunião dos Gestores Nacionais e Regionais do Programa Trabalho Seguro

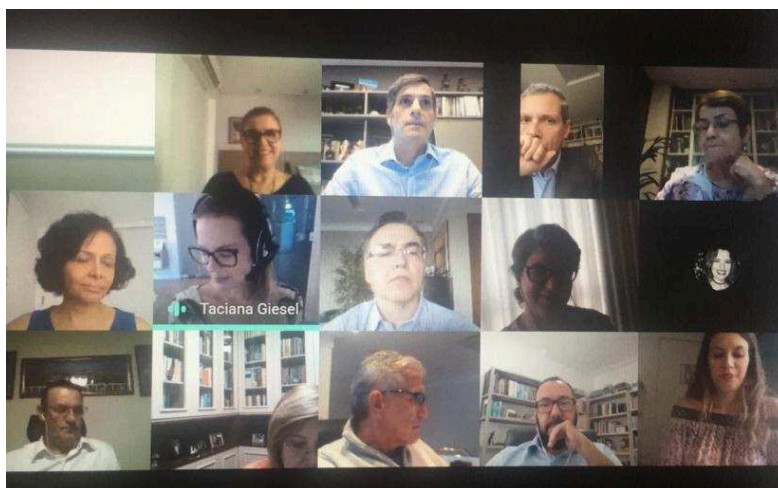
Local: Sede do TST em Brasília, SC - videoconferência

Data: 05 de junho de 2020

Representantes do PTS-SC: Desembargador Gestor Regional Roberto Luiz Guglielmetto e Juiz Gestor Regional Ricardo Jahn

Notícia disponibilizada pela SECOM do TRT-SC:

GESTORES DO PROGRAMA TRABALHO SEGURO EM SANTA CATARINA PARTICIPAM DE REUNIÃO NACIONAL



Juiz Ricardo Jahn e desembargador Roberto Guglielmetto (respectivamente 1º e 3º à esquerda da última linha, de cima para baixo) representaram o Regional catarinense

Os gestores do Programa Trabalho Seguro (PTS) em Santa Catarina, desembargador Roberto Guglielmetto e juiz Ricardo Jahn, participaram na sexta-feira (5) de uma reunião com cerca de outros 50 magistrados gestores regionais e com a ministra do Tribunal Superior do Trabalho (TST) Delaíde Miranda Arantes, coordenadora do Programa no país.

No encontro, realizado por videoconferência, foram apresentadas ações realizadas neste ano e debatidas dificuldades relacionadas à pandemia da Covid-19. Os gestores de Santa Catarina destacaram ainda o total de parcerias firmadas pelo Programa no estado (131) e demonstraram preocupação com o número de contaminações de trabalhadores em frigoríficos da região.

A gestão nacional do PTS também anunciou que será realizado um evento temático para marcar o Dia de Prevenção de Acidentes de Trabalho (27 de julho). Houve ainda uma apresentação sobre como evitar doenças neste momento de isolamento social, tanto no aspecto da saúde mental quanto física.

8.2.5. Reunião dos Gestores Regionais da Região Sul do Programa Trabalho Seguro

Local: Sede do TST em Brasília, SC - videoconferência

Data: 16 de junho de 2020

Representantes do PTS-SC: Desembargador Gestor Regional Roberto Luiz Guglielmetto e Juiz Gestor Regional Ricardo Jahn

Os Magistrados Gestores Regionais da Região Sul se reuniram por meio de videoconferência para tratativas acerca da realização de *live* a ser realizada no dia 23 de julho de 2020, em homenagem ao Dia da Prevenção de Acidentes do Trabalho. A maratona de *lives* sugerida pelo Comitê Nacional do PTS com o tema “Construção do trabalho seguro e decente em tempos de crise” busca conscientizar a sociedade sobre a importância da saúde laboral em tempos de pandemia.

8.2.6. Reunião de planejamento dos Gestores Regionais do PTS-SC

Local: Florianópolis, SC - videoconferência

Data: 18 de agosto de 2020

Representantes do PTS-SC: Desembargador Gestor Regional Roberto Luiz Guglielmetto e Juiz Gestor Regional Ricardo Jahn

Reunião por videoconferência entre os Gestores Regionais Desembargador Roberto Guglielmetto e Juiz Ricardo Jahn e a servidora assessora para alinhamento de projetos do PTS-SC para o 2º semestre de 2020.

8.2.7. Reunião do Comitê Gestor de Atenção Integral à Saúde de Magistrados e Servidores do TRT da 12ª Região

Local: Florianópolis, SC - videoconferência

Data: 27 de agosto de 2020

Representantes do PTS-SC: Desembargador Gestor Regional Roberto Luiz Guglielmetto e Juiz Gestor Regional Ricardo Jahn

O Desembargador Gestor Regional Roberto Luiz Guglielmetto e o Juiz Gestor Regional Ricardo Jahn participaram da reunião por videoconferência do Comitê Gestor de Atenção Integral à Saúde de Magistrados e Servidores para tratar de assunto relativo à retomada do trabalho presencial visando a promoção de medidas de segurança e saúde dos magistrados e servidores, em razão da Covid-19 e especialmente no que se refere à retomada gradativa do trabalho presencial.

8.2.8. Reunião da Câmara de Relações Trabalhistas da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina - FIESC

Local: Florianópolis, SC - videoconferência

Data: 10 de novembro de 2020

Representante do PTS-SC: Desembargador Gestor Regional Roberto Luiz Guglielmetto

REUNIÃO virtual da Câmara de Relações Trabalhistas da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina - FIESC, com a participação do Desembargador Gestor Regional Roberto Luiz Guglielmetto falando sobre as relações de trabalho em decorrência da pandemia.

8.2.9. Reunião de Planejamento da UNOESC e INSS

Local: Joaçaba, SC - videoconferência

Data: 13 de novembro de 2020

Representante do PTS-SC: Juíza Gestora Auxiliar Lisiane Vieira

REUNIÃO de planejamento com a participação da Juíza Gestora Auxiliar Lisiane Vieira e representantes da UNOESC e INSS, acerca de projeto que visa apoiar a inclusão de reabilitados e PCDs no mercado de trabalho em parceria com o Programa Trabalho Seguro -SC.

8.2.10. 3ª Reunião dos Gestores Nacionais e Regionais do Programa Trabalho Seguro

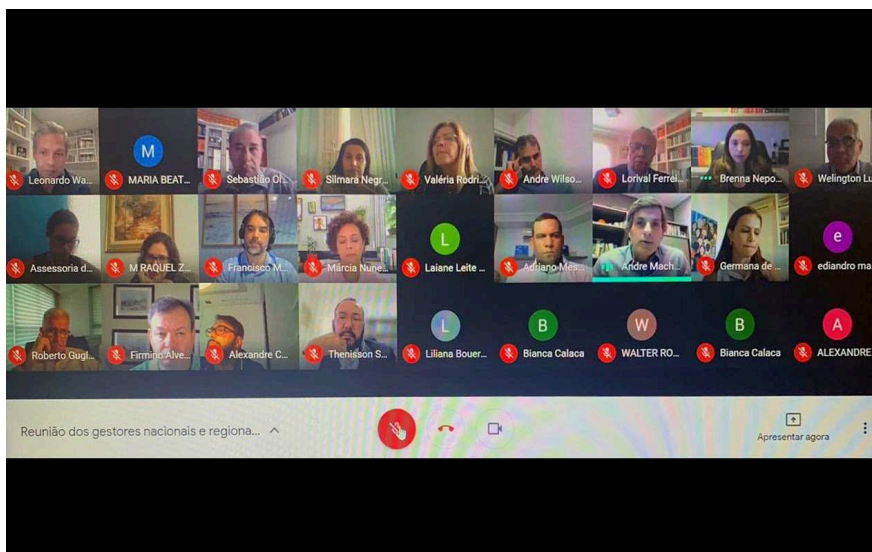
Local: Sede do TST em Brasília, SC - videoconferência

Data: 10 de dezembro de 2020

Representantes do PTS-SC: Desembargador Gestor Regional Roberto Luiz Guglielmetto e Juiz Gestor Regional Ricardo Jahn

Notícia disponibilizada pela SECOM do TRT-SC:

GESTORES DO PROGRAMA TRABALHO SEGURO EM SANTAGESTORES DO PROGRAMA TRABALHO SEGURO PARTICIPAM DO ÚLTIMO ENCONTRO DE 2020



O Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) promoveu por meio de videoconferência a terceira e última reunião dos gestores nacionais e regionais do Programa Trabalho Seguro (PTS) em 2020. Participaram do evento, realizado na última quarta (2), os dois gestores regionais do Programa em Santa Catarina: o desembargador Roberto Guglielmetto e o juiz Ricardo Jahn.

O encontro teve por objetivo apresentar os projetos desenvolvidos ao longo deste ano por cada Regional, além de discutir questões relacionadas ao orçamento do PTS e propostas de temas que irão nortear as atividades do Programa em 2021, entre outros assuntos.

Na sua fala, o desembargador Guglielmetto destacou a participação do PTS na elaboração e execução do plano de ação da Meta 9 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e a série de vídeos gravados pelos gestores de SC sobre a importância de se manter os ambientes de trabalho seguros e saudáveis durante a pandemia da Covid-19.

O Trabalho Seguro é uma iniciativa do CSJT e do Tribunal Superior do Trabalho (TST), em parceria com diversas instituições públicas e privadas, com o objetivo de formular e executar projetos e ações nacionais com o intuito de reduzir os acidentes de trabalho.

8.2.11. Reunião com a Secretaria de Saúde de Santa Catarina

Local: Florianópolis, SC - videoconferência

Data: 16 de março de 2021

Representantes do PTS-SC: Desembargador Gestor Regional Roberto Luiz Guglielmetto, Juiz Gestor Regional Ricardo Jahn e Juíza Gestora Auxiliar Lisiane Vieira

Notícia disponibilizada pela SECOM do TRT-SC:

TRT-SC PODE FIRMAR CONVÊNIO PARA OBTER DADOS DE SAÚDE E EPIDEMIOLÓGICOS DE TRABALHADORES DAS CIDADES CATARINENSES



A partir da esq.: servidora Luciana Botelho, juíza Lisiane Vieira, desembargador Roberto Guglielmetto, juiz Ricardo Jahn e as representantes da Vigilância Sanitária, Lucélia Kryckj e Regina Pinheiro

Gestores do Programa Trabalho Seguro (PTS) da Justiça do Trabalho catarinense conheceram na terça (16) três plataformas de base de dados da Secretaria de Saúde que fornecem números que podem auxiliar os juízes em suas decisões: o Sistema de Informação de Saúde do Trabalhador (Sistra), o Sistema de Informação Estadual de Radiações Ionizantes (Sieri) e a Plataforma Boa Vista.

Participaram da reunião o desembargador Roberto Guglielmetto, os juízes Ricardo Jahn e Lisiane Vieira e a servidora Luciana Botelho. A apresentação virtual foi feita pela diretora da Vigilância Sanitária estadual, Lucélia Kryckj, e pela responsável pela Gerência de Saúde do Trabalhador, Regina Pinheiro.

Para garantir que os magistrados tenham acesso a essas informações, o PTS, por iniciativa da juíza Lisiane Vieira, fará os procedimentos necessários para viabilizar um convênio entre o TRT-SC e a Secretaria da Saúde, a fim de que os juízes possam obter os dados sem que haja necessidade de expedir ofícios.

O gestor Regional do PTS, desembargador Roberto Guglielmetto, aprovou a iniciativa. “O acesso às informações sobre os dados epidemiológicos da Covid-19 cadastrados pela Vigilância Sanitária da Secretaria da Saúde de SC é uma ferramenta útil, capacitada para contribuir para o juiz firmar a sua decisão sobre um possível nexo de causalidade entre a doença e o ambiente do trabalho”, constatou.

Ferramentas

O Sistema de Informação de Saúde do Trabalhador, por exemplo, concentra uma base de dados epidemiológicos à qual os juízes têm dificuldade de ter acesso. Os outros dois sistemas, segundo a juíza Lisiane Vieira, podem ser de interesse para os magistrados no reconhecimento de realidades locais e regionais, ao apresentar dados sobre exposições de trabalhadores a radiações ionizantes e informações que integram os mapas de risco para a infecção pelo Covid-19 - como percentual de ocupação de leitos de UTI e enfermaria, óbitos, número de casos ativos e outras informações.

“Um convênio para acesso a essas bases de dados seria de grande interesse para as duas instituições, pois de nossa parte podemos notificar o Sistra nos casos concretos em que reconhecermos negligência do empregador às normas estaduais de prevenção à contaminação pelo Covid-19 nos ambientes de trabalho, auxiliando a Secretaria de Saúde nas ações de fiscalização e, ao final, na promoção da saúde coletiva”, pontuou a magistrada.

8.2.12. 1ª Reunião dos Gestores Nacionais e Regionais do Programa Trabalho Seguro

Local: Sede do TST em Brasília, SC - videoconferência

Data: 19 de março de 2021

Representantes do PTS-SC: Desembargador Gestor Regional Roberto Luiz Guglielmetto e Juiz Gestor Regional Ricardo

8.2.13. Reunião de planejamento dos Gestores Regionais do PTS-SC

Local: Florianópolis, SC - videoconferência

Data: 15 de julho de 2021

Representantes do PTS-SC: Desembargador Gestor Regional Roberto Luiz Guglielmetto, Juiz Gestor Regional Ricardo Jahn, e Juízes Gestores Auxiliares Maria Aparecida Ferreira Jeronimo, Rogério Dias Barbosa, Lisiane Vieira, Fabio Moreno Travain Ferreira e Daniel Lisbôa.

Reunião por videoconferência entre os Gestores Regionais e Auxiliares, acerca das estratégias visando atingir as Metas estabelecidas pelo CSJT para 2021, bem como dar continuidade às atividades do Programa. Também participaram da reunião a assessora do Programa e a diretora da SECOM.

8.2.14. 2ª Reunião dos Gestores Nacionais e Regionais do Programa Trabalho Seguro

Local: Sede do TST em Brasília, SC - videoconferência

Data: 19 de agosto de 2021

Representantes do PTS-SC: Desembargador Gestor Regional Roberto Luiz Guglielmetto e Juiz Gestor Regional Ricardo

Notícia veiculada no site do TST/CSJT:

Gestores do Programa Trabalho Seguro abordam preparativos para seminário internacional

O evento, realizado a cada dois anos, está programado para os dias 18 a 22 de outubro

A 2ª Reunião dos Gestores Nacionais e Regionais do Programa Trabalho Seguro, realizada na tarde desta quinta-feira (19/8), promoveu, entre os temas abordados, o alinhamento de questões relacionadas ao 6º Seminário Internacional do Programa Trabalho Seguro. O evento, realizado a cada dois anos, está programado para os dias 18 a 22 de outubro.

A coordenadora do programa, ministra Delaíde Miranda Arantes, contou que o seminário faz parte das ações de comemoração dos 80 anos da Justiça do Trabalho. “Manteremos a tradição de realizar um grande seminário com exposições atrativas e especialistas internacionais sobre o mundo do trabalho”, explicou.

O gestor nacional representante da região sudeste, desembargador Sebastião Geraldo de Oliveira, do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região (MG), adiantou que o evento já tem participações confirmadas de conferencistas da América do Norte, América do Sul e Europa, além de diversos brasileiros especialistas no tema. “É um momento de fermentação de muitas ideias, com colocações interessantes, plurais e com enfoques médicos, jurídicos e psicológicos. Queremos trazer pessoas que possam nos mostrar os rumos, perspectivas e desafios do mundo do trabalho”, afirmou.



Outros assuntos

Durante a reunião, os magistrados ainda compartilharam questões sobre execução orçamentária e partilharam dicas de divulgação do livro “Grandes acidentes do trabalho no Brasil: repercussões jurídicas e abordagem multidisciplinar”, lançado em parceria com o Ministério Público do Trabalho (MPT).

Os gestores também alinharam estratégias de divulgação do seminário internacional e trocaram as experiências de boas práticas e as atuações do programa no âmbito regional. A próxima reunião dos gestores nacionais e regionais está prevista para 30 de setembro.

8.2.15. Reunião de planejamento do 2º Encontro do PTS da Região Sul

Local: Florianópolis, SC - videoconferência

Data: 24 de agosto de 2021

Representantes do PTS-SC: Desembargador Gestor Regional Roberto Luiz Guglielmetto e Juiz Gestor Regional Ricardo

Reunião entre os Gestores Regionais do PTS da Região Sul para alinhamento e fechamento da programação do 2º Encontro do PTS da Região Sul a ser realizado no dia 17 de setembro de 2021.

Notícia disponibilizada pela SECOM do TRT-SC:

Evento virtual do Programa Trabalho Seguro vai abordar impactos psicológicos da Covid-19

Encontro será transmitido nesta sexta (17), das 10h às 12h, pelo canal do YouTube do TRT-SC



A prevenção dos impactos psicológicos causados pela pandemia da Covid-19. Esse é o tema do 2º Encontro do Programa Trabalho Seguro (PTS) da Região Sul, que será transmitido nesta sexta (17), das 10h às 12h, pelo canal do YouTube do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região (TRT-SC). O

evento terá a palestra do gestor nacional do PTS, desembargador Sebastião Geraldo de Oliveira, do TRT da 3ª Região (MG), além de debates e um painel relacionado à saúde mental.

Abrindo os trabalhos, o desembargador Sebastião de Oliveira irá abordar o enquadramento ocupacional da Covid-19. Em seguida, as psicólogas Luciana Nunes da Motta Tavares, Elaine Dal Col da Silva, e o médico Marco Aurélio Vasconcelos, respectivamente dos TRTs da 9ª (PR), 12ª (SC) e 4ª (RS) regiões, irão conduzir o painel sobre os impactos psicológicos da Covid-19 no âmbito dos tribunais do trabalho da região sul.

Na sequência, haverá um debate mediado pelo juiz do TRT da 9ª Região (PR) Leonardo Wandelli, que também é gestor nacional do PTS. A abertura e o encerramento do evento serão realizados pelo desembargador Roberto Guglielmetto, gestor regional do Programa Trabalho Seguro (PTS) em Santa Catarina.

“Convidamos para o encontro todos os magistrados, servidores, cidadãos e entidades parceiras do Programa Trabalho Seguro, com o intuito de novamente disseminar a cultura da saúde e segurança no trabalho. Desta vez, o foco é na Covid-19 e nos seus impactos psicológicos”, frisou Guglielmetto.

O evento tem o apoio da Escola Judicial do TRT-SC (Ejud12). O Programa Trabalho Seguro – Programa Nacional de Prevenção de Acidentes de Trabalho é uma iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, em parceria com diversas instituições públicas e privadas, visando à formulação e execução de projetos e ações nacionais voltados à prevenção de acidentes de trabalho e ao fortalecimento da Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho. Em Santa Catarina, o PTS conta com 133 entidades parceiras.

8.2.16. Reunião com o Prefeito Municipal de Araranguá

Local: Araranguá, SC - videoconferência

Data: 1º de setembro de 2021

Representante do PTS-SC: Juiz Gestor Regional Ricardo Jahn

Notícia disponibilizada pela SECOM do TRT-SC:

**Gestor regional apresenta Programa Trabalho Seguro para prefeito de Araranguá
Magistrado também se colocou à disposição para implementar ações no calendário escolar do
município**



A partir da esq.: procurador Daniel de Carvalho, juiz Ricardo Jahn e prefeito Cesar Cesa

O juiz Ricardo Jahn apresentou na quarta-feira (1) o Programa Trabalho Seguro, do qual é um dos gestores regionais, ao prefeito de Araranguá, Cesar Antonio Cesa. No encontro, que também contou com a participação do procurador-geral do município, Daniel Menezes de Carvalho, Jahn falou sobre as ações já realizadas junto a empresas, sindicatos, órgãos públicos e demais instituições.

O magistrado ainda comentou sobre a realidade de acidentes de trabalho no município, colocando-se à disposição para implementar ações no calendário escolar e dar efetividade à Lei Municipal n. 3.427, em parceria com a Secretaria Municipal de Educação.

Promulgada em 2016, a norma instituiu como Dia da Conscientização da Saúde e Segurança no Trabalho a primeira segunda-feira do mês de abril de cada ano, data na qual a rede municipal de ensino deve realizar atividades alertando e conscientizando os alunos sobre o tema.

Ricardo Jahn considerou a reunião proveitosa. “A administração municipal foi bem receptiva com a ideia. Nos próximos dias, será agendada reunião com a Secretária Municipal para os encaminhamentos e ações práticas junto à comunidade escolar”, afirmou.

8.2.17. Reunião com o Ministro Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho

Local: TRT da 12ª Região em Florianópolis, SC

Data: 05 de outubro de 2021

Representante do PTS-SC: Desembargador Gestor Regional Roberto Luiz Guglielmetto

Notícia disponibilizada pela SECOM do TRT-SC:

CORREGEDOR-GERAL CONHECE TRABALHO DOS CENTROS DE CONCILIAÇÃO DO TRT-SC Ministro Aloysio Corrêa da Veiga também fez videoconferência com gestores dos programas Trabalho Seguro e Combate ao Trabalho Infantil

Em correição no Tribunal Regional do Trabalho 12ª Região (TRT-SC) desde o início da semana, o corregedor-geral da Justiça do Trabalho, ministro do TST Aloysio Corrêa da Veiga, se reuniu na tarde desta terça (5), de modo telepresencial, com os magistrados e servidores que atuam nos Centros Judiciários de Métodos Consensuais de Solução de Disputa (Cejuscs). [...]

Programas institucionais



No período da manhã, a reunião foi com os gestores dos programas institucionais da Justiça do Trabalho no estado, os desembargadores Teresa Cotosky, do Combate ao Trabalho Infantil e Estímulo à Aprendizagem, e Roberto Guglielmetto, do Trabalho Seguro.

Realizada de forma telepresencial, em razão das restrições impostas pela pandemia, a correição ordinária no TRT-SC segue até sexta-feira (8).

8.3. Entrevistas

8.3.1. Entrevista para a TV Criciúma

Local: Município de Criciúma, SC

Data: 21 de abril de 2020

Representante do PTS-SC: Juiz Gestor Regional Ricardo Jahn

Entrevista à TV Criciúma, com transmissão também pelo Facebook, abordando o tema “Algumas reflexões no atual momento de pandemia e a segurança nas reflexões políticas, sociais, jurídicas, econômicas e de trabalho considerando o mundo global e plano”. Também foi abordado assunto relativo ao Ofício Circular SEI nº 1088/2020 do Ministério da Economia, que trata das orientações gerais aos trabalhadores e empregadores em razão da pandemia da COVID-19.

8.3.2. Entrevista para a NSC TV

Local: Município de Florianópolis, SC

Data: 12 de junho de 2020

Representante do PTS-SC: Desembargador Gestor Regional Roberto Luiz Guglielmetto

Entrevista à NSC TV, com transmissão feita durante o “NSC Notícias” esclarecendo as regras para empresas em tempos de COVID-19.

8.3.3. Entrevista para a Rádio Líder Joaçaba

Local: Município de Joaçaba, SC

Data: 28 de abril de 2021

Representante do PTS-SC: Juíza Gestora Auxiliar Lisiane Vieira

Entrevista para a Rádio Líder Joaçaba pela Juíza Gestora Auxiliar Lisiane Vieira e pelo Procurador do Trabalho Anderson Luiz Corrêa da Silva, abordando tema relativo à prevenção e saúde dos trabalhadores.

8.3.4. Entrevista para a W3 – TV Araranguá

Local: Município de Araranguá, SC

Data: 1º de maio de 2021

Representante do PTS-SC: Juiz Gestor Auxiliar Rodrigo Goldschmidt

Entrevista para a W3 - TV Araranguá pelo Juiz Gestor Auxiliar Roberto Goldschmidt em homenagem ao Dia do Trabalhador.

8.4. Eventos do PTS-SC

8.4.1. Live “Trabalho saudável em tempos de pandemia, aspectos psicossociais e ergonômicos do trabalho”

Data: 22 de setembro de 2020

Representante do PTS-SC: Juiz Gestor Regional Ricardo Jahn

LIVE

Trabalho saudável em tempos de pandemia.
Aspectos psicossociais e ergonômicos do trabalho.



Coordenador:
Ricardo Jahn
(Juiz do Trabalho Substituto do TRT-SC e Gestor Regional do Programa Trabalho Seguro)

Palestrantes:
Angela Mazzi (fisioterapeuta)
Elaine Dal Col da Silva (psicóloga)

PÚBLICO-ALVO: Magistrados e servidores da Justiça do Trabalho (público interno) e parceiros do Programa Trabalho Seguro do TRT-SC e interessados em geral (público externo)

DATA: **22 de setembro de 2020**

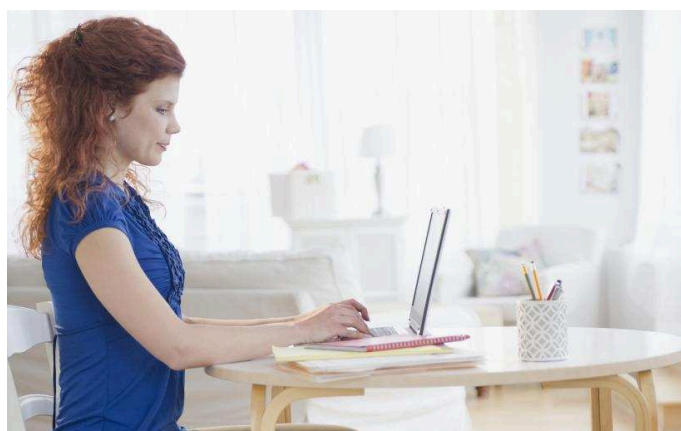
HORÁRIO: das 17h às 18h20 **LOCAL:** Youtube EJUD12 (100% online)

Evento *on-line* promovido pelo PTS-SC e pelo TRT-SC, com apoio da EJUD-12, com o tema Trabalho saudável em tempos de pandemia, aspectos psicossociais e ergonômicos do trabalho. O Juiz Gestor Regional Ricardo Jahn coordenou a *live* transmitida no canal do YouTube da Escola Judicial a qual contou com a participação da psicóloga Elaine Dal Col da Silva e da fisioterapeuta Angela Carbonera Mazzi, ambas servidoras do TRT-SC, abordando as novas e atuais variáveis do trabalho visando evitar problemas de saúde, tanto de ordem física como mental.

Cerca de 650 pessoas acessaram o *link* de acesso à *live* por meio das redes sociais do TRT-SC, sendo que 141 pessoas preencheram o formulário de inscrição ao evento, dentre eles magistrados, servidores e público externo.

Notícia disponibilizada pela SECOM do TRT-SC:

PROGRAMA TRABALHO SEGURO TRANSMITE LIVE SOBRE SAÚDE MENTAL E FÍSICA EM TEMPOS DE PANDEMIA



Com o intuito de alertar sobre os cuidados com a saúde mental e física, o Programa Trabalho Seguro em Santa Catarina realiza, na próxima terça (22), às 17h, a live “Trabalho saudável em

tempos de pandemia: aspectos psicossociais e ergonômicos do trabalho”. A palestra será transmitida no canal do YouTube da Escola Judicial sob a coordenação do gestor regional do Programa, juiz Ricardo Jahn.

Para falar sobre o assunto, foram convidadas a psicóloga Elaine Dal Col da Silva e a fisioterapeuta Angela Carbonera Mazzi, ambas da Coordenadoria de Saúde do TRT-SC. A participação no evento poderá ser averbada por magistrados e servidores como horas de treinamento.

8.4.2. 2º Encontro do Programa Trabalho Seguro da Região Sul

Data: 17 de setembro de 2021

Representante do PTS-SC: Desembargador Gestor Regional Roberto Luiz Guglielmetto

TRTs da Região Sul debatem impacto da Covid-19 no trabalho e na saúde mental

Promovido pelo Programa Trabalho Seguro em SC, evento foi transmitido ao vivo pela internet e teve como atração o desembargador Sebastião Oliveira



Debatedores e mediadores posam para registro online momentos antes do evento

O Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região (TRT-SC) promoveu, nesta sexta-feira (17), o 2º Encontro do Programa Trabalho Seguro da Região Sul, integralmente online e transmitido ao vivo pelo canal do TRT-SC no YouTube.

O evento foi dividido em dois tópicos, tendo a pandemia como eixo central. Na palestra inicial, o gestor nacional do Programa Trabalho Seguro, desembargador do TRT da 3ª Região (TRT-MG) Sebastião Geraldo Oliveira, abordou as possibilidades de enquadramento da Covid-19 como doença ocupacional pelo INSS. No momento seguinte, profissionais da área de saúde de cada tribunal falaram sobre os impactos da pandemia na saúde mental.

Na abertura, o gestor regional do Programa (PTS) em Santa Catarina, desembargador Roberto Guglielmetto, saudou a todos e passou a palavra a Oliveira. Com livros publicados sobre

indenização por acidentes de trabalho, o gestor nacional iniciou explicando que o enquadramento faz com que os benefícios do INSS passem a ter natureza acidentária, portanto, de maior valor para o segurado. “Em razão disso, acredito que a Justiça Comum deverá enfrentar uma onda de ações requerendo o enquadramento nos casos em que ele vier a ser negado pelo INSS”, disse o desembargador.

No caso da Justiça do Trabalho, segundo ele, as ações dos trabalhadores que contraírem Covid-19 deverão girar em torno de indenizações decorrentes de acidente de trabalho. “Nosso grande desafio será apreciar a comprovação do nexo causal”, afirmou. O desembargador elencou alguns critérios que podem ser utilizados pelos juízes, como a classificação utilizada pela Administração de Segurança e Saúde Social Ocupacional dos Estados Unidos.

“Dependendo do grau de risco apurado, entendo inclusive que o magistrado pode aplicar a responsabilidade objetiva do empregador, conforme tese de repercussão geral fixada pelo Supremo em 2019 (Tema 932)”, afirmou Sebastião Oliveira.

Segundo essa tese, o empregador pode ser responsabilizado objetivamente (quando não se discute a culpa) por danos decorrentes de acidentes de trabalho, além dos casos especificados em lei, “quando a atividade normalmente desenvolvida, por sua natureza, apresentar exposição habitual a risco especial, com potencialidade lesiva e implicar ao trabalhador ônus maior do que aos demais membros da coletividade”.

Por fim, o gestor nacional reconheceu que a maioria dos casos de Covid-19 no Brasil e no mundo provavelmente não deve apresentar relação com o trabalho, e por isso a análise precisa ser feita mediante cada caso concreto.

Subjetividade sequestrada

A segunda parte do evento foi mediada pela juíza Ana Paula Sefrin Saladini, uma das gestoras regionais do PTS do TRT da 9ª Região (TRT-PR). Um profissional de saúde de cada tribunal da Região Sul apresentou as principais iniciativas adotadas por suas instituições para minimizar os impactos da Covid-19 na saúde mental de magistrados e servidores, além de alguns números.

A primeira a falar foi a psicóloga do TRT-PR Luciana Tavares, que citou ações adotadas pelo órgão como a elaboração de boletins epidemiológicos com informações sobre contágio de Covid-19 dentro da instituição, a fim de subsidiar as decisões da Presidência. Ela também apresentou os dados de uma pesquisa realizada com servidores e magistrados sobre o impacto da digitalização no serviço judicial.

Entre os resultados, 70% dos pesquisados disseram estar plenamente adaptados ao trabalho domiciliar, enquanto 50% informaram ter havido aumento do volume de serviço, o que, segundo ela, deve ser um “ponto de atenção” da Administração do tribunal paranaense.

“Em linhas gerais, a pesquisa mostrou que o trabalho remoto tem sido importante para continuarmos exercendo nossa subjetividade, que em outros aspectos da vida acabou sendo sequestrada pela necessidade de isolamento social”, refletiu Luciana Tavares.

Conflitos de dois mundos

Pesquisa semelhante foi aplicada pelo TRT catarinense em fevereiro e março deste ano, com 500 participantes - cerca de um terço do quadro laboral. Parte dos resultados foram relatados

pela psicóloga Elaine Dal Col da Silva, que dirige a Seção Psicossocial da Coordenadoria de Saúde.

De acordo com a psicóloga, em 2020 houve um aumento de licenças para tratamento de saúde relacionadas à ansiedade no TRT-SC, seguindo o que ocorreu no Brasil, embora em grau menor. A pesquisa identificou que 71% dos respondentes tinham como fonte de ansiedade o risco de contaminação e de morte sua e de seus familiares. Além disso, 40% passaram a ter mais oscilações de humor, enquanto 38% tiveram insônia.

Entre as iniciativas do TRT-SC, Elaine Dal Col destacou os atendimentos psicológicos a distância, que aumentaram bastante e foram fundamentais durante todo o período de trabalho remoto integral, segundo ela.

“Por meio dos atendimentos online, conseguimos conhecer melhor a realidade de quem está no interior e outras unidades fora do Tribunal. Damos apoio em questões profissionais, que por vezes se misturavam com as pessoais, já que muitos estavam vivenciando os conflitos desses dois mundos - trabalho e vida pessoal - ao mesmo tempo”, explicou Elaine Dal Col.

Atendimentos em grupo

O painel de saúde mental encerrou com a fala do médico cardiologista e intensivista Marco Aurélio Vasconcelos, do TRT da 4ª Região (TRT-RS). Com nada menos que 25 anos de atuação no órgão, ele trouxe uma abordagem mais técnica, mas também comentou as diversas ações adotadas pelo tribunal gaúcho. Entre elas, os atendimentos em grupo por videoconferência, conduzidos por psicólogos, para debater questões de saúde mental inerentes ao trabalho remoto. Outra iniciativa foi a criação de um número de telefone exclusivo para os atendimentos de saúde.

“A preservação da vida sempre foi o principal objetivo da Administração do TRT-RS. Assim, mesmo no contexto do plano de retomada, as medidas protetivas à saúde foram definidas como prioritárias, para que as pessoas se sentissem confortáveis no retorno ao trabalho presencial”, explicou.

O evento foi aberto aos internautas e contou com a audiência de representantes de diversas instituições parceiras do PTS-SC. Entre elas Fiesc, Celesc, GDC

Alimentos, Centro de Referência em Saúde do Trabalhador de Chapecó e Comissão de Direito Previdenciário da OAB-SC, vinculada à Subseção de Blumenau.

2º ENCONTRO DO PROGRAMA TRABALHO SEGURO DA REGIÃO SUL
Covid-19: prevenção dos impactos psicológicos

17 DE SETEMBRO DE 2021, DAS 10H ÀS 12H [YOUTUBE.COM/JUSTICADOTRABALHOSC](https://www.youtube.com/justicadotrabalhosc)

Palestra: Enquadramento ocupacional da Covid-19
Desembargador Sebastião Geraldo de Oliveira (Gestor Nacional do PTS)

Painel: Covid-19 - impactos psicológicos no âmbito dos Tribunais Regionais da Região Sul
Luciana Nunes da Motta Tavares (Psicóloga TRT-PR)
Elaine Dal Col da Silva (Psicóloga TRT-SC)
Marco Aurélio Vasconcelos Azeredo (Médico TRT-RS)

Apoio: **ESCOLA JUDICIAL** TRT-12ª REGIÃO (MS) - SC
Realização: **TRABALHO SEGURO** Programa Nacional de Prevenção de Acidentes de Trabalho
JUSTIÇA DO TRABALHO Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (RS) Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região (PR) Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região (SC)

8.5. Eventos virtuais

8.5.1. Participação em live promovida pela AMATRA 12 com o tema “Trabalho Seguro e Pandemia”

Data: 20 de julho de 2020

Representante do PTS-SC: Desembargador Gestor Regional Roberto Luiz Guglielmetto

Live promovida pela AMATRA 12 debatendo o tema “Trabalho Seguro e Pandemia” com a participação do Desembargador Gestor Regional Roberto Luiz Guglielmetto juntamente com a Juíza Titular de Vara do Trabalho Maria Beatriz Vieira da Silva Gubert.



8.5.2. Participação em live promovida pelo Programa Trabalho Seguro TST/CSJT com o tema “Prevenção ao adoecimento decorrente da pandemia do COVID-19”

Data: 23 de julho de 2020

Representantes do PTS-SC: Desembargador Gestor Regional Roberto Luiz Guglielmetto e Juiz Gestor Regional Ricardo Jahn

Notícia disponibilizada pela SECOM do TRT-SC:

LIVE HOJE (23), ÀS 16H30, VAI TRATAR SOBRE ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO E PREVENÇÃO DO ADOECIMENTO NA PANDEMIA



O Programa Nacional de Prevenção de Acidentes de Trabalho (Programa Trabalho Seguro) da Justiça do Trabalho vem realizando, neste mês de julho, uma maratona de transmissões ao vivo pela internet com o tema “Construção do trabalho seguro e decente em tempos de crise”. A ação quer marcar o Dia da Prevenção de Acidentes do Trabalho, lembrado na próxima segunda, 27 de julho, e conscientizar a sociedade sobre a importância da saúde laboral em tempos de pandemia. A quarta live acontece nesta quinta (23), às 16h30, com representantes da região Sul do Brasil. Na segunda-feira (27), será a vez da última live, com representantes da região Sudeste.

Confira abaixo o tema e os palestrantes da live de hoje (23 de julho), às 16h30:

23/07
16h30 às 18h30

LIVE ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO - PREVENÇÃO AO ADOECIMENTO DECORRENTE DA PANDEMIA DA COVID-19

➤ Link da transmissão: https://youtu.be/ksiou_hfgGk

INSTRUTORES		MEDIADOR	
 Médica do Trabalho Marcia Bandini	 Médico do Trabalho Laerte Sznclwar	 Juiz Leonardo Wandelli (TRT9) Gestor Nacional PTS Região Sul	
DEBATEDORES			
 Ministra Delaide Miranda Arantes Coordenadora Nacional PTS	 Desembargador Alexandre Cruz (TRT4) Gestor PTS-RS	 Juiza Valéria da Rocha (TRT9) Gestora PTS-PR	 Juiz Ricardo Jahn (TRT12) Gestor PTS-SC

8.5.3. Participação em live promovida pela UNESCO com o tema “Futuro da Gestão Pública e Privada nos novos tempos”



Data: 27 de julho de 2020

Representante do PTS-SC: Juiz Gestor Regional Ricardo Jahn

Live promovida pelo Curso de Direito da UNESCO referente à Jornada Integrada das Ciências Sociais Aplicadas - Futuro da Gestão Pública e Privada nos novos tempos - abordando assunto referente à Justiça do Trabalho e o trabalho seguro em tempos de pandemia.

8.5.4. Vídeo disponibilizado nas redes sociais

Data: 30 de julho de 2020

Representante do PTS-SC: Juíza Gestora Auxiliar Lisiane Vieira

Vídeo apresentado pela Juíza Gestora Auxiliar Lisiane Vieira em comemoração aos 30 anos do ECA. Na oportunidade, a magistrada discorreu sobre os riscos do trabalho rural infantil para a integridade física e para a vida das crianças e adolescentes, já que combater o ingresso precoce no trabalho é medida importante de saúde e segurança no trabalho.



8.5.5. Participação no Webinar "Construção do Trabalho Seguro e Decente em Tempos de Pandemia" promovido pelo CSJT

Data: 28 de agosto de 2020

Representantes do PTS-SC: Desembargador Gestor Regional Roberto Luiz Guglielmetto e Juiz Gestor Regional Ricardo Jahn

WEBINÁRIO
CONSTRUÇÃO DO TRABALHO SEGURO E DECENTE EM TEMPOS DE PANDEMIA

DATA 28/8
AS 16H, EM [YOUTUBE.COM/TST](https://www.youtube.com/tst)

PARTICIPAM:
Ministra Maria Cristina Peduzzi
presidente do TST e do CSJT

PALESTRANTES:
Dr. Cristiano Nabuco
Psicólogo e Pós-Doutor pela USP

Ministra Delaíde Miranda Arantes
Coordenadora do Programa Trabalho Seguro da Justiça do Trabalho

Dr. Christian Dunker
Psicanalista e professor titular do Instituto de Psicologia da USP

GESTORES NACIONAIS:
Desembargadora Mônica Nunes da Silva Bessa (Região Norte)
Desembargadora Maria Beatriz Theodoro Gomes (Região Centro-Oeste)
Desembargador Sebastião Cavalcanti de Oliveira (Região Sudeste)
Juiz André Machado Cavalcanti (Região Nordeste)
Juiz Leonardo Vieira Wondell (Região Sul)

TRABALHO SEGURO
Programa Nacional de Prevenção de Acidentes de Trabalho

JUSTIÇA DO TRABALHO

O Desembargador Gestor Regional Roberto Luiz Guglielmetto e o Juiz Gestor Regional Ricardo Jahn participaram como ouvintes do webinar "Construção do Trabalho Seguro e Decente em Tempos de Pandemia", transmitido pelo canal do Tribunal Superior do Trabalho (TST) no YouTube. O evento foi promovido pelo Conselho Superior da Justiça do

Trabalho (CSJT), por meio do Programa Nacional de Prevenção de Acidentes de Trabalho (Trabalho Seguro), e buscou discutir as maneiras adequadas para prevenir danos ainda maiores aos trabalhadores durante a pandemia.

8.5.6. Participação no Webinar de abertura da SIPAT e da 11ª Semana da Qualidade de Vida da Empresa CGT Eletrosul

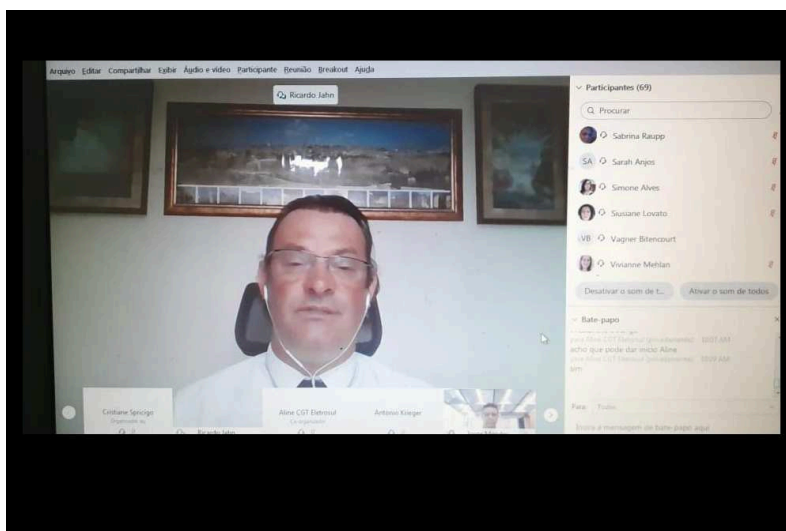
Data: 26 de outubro de 2020

Representante do PTS-SC: Gestor Regional Ricardo Jahn

Webinário de abertura da Semana Interna de Prevenção de Acidentes de Trabalho (Sipat) e da 11ª Semana da Qualidade de Vida da empresa CGT Eletrosul, ministrado pelo Juiz Gestor Regional Ricardo Jahn. Com o tema “Programa Trabalho Seguro e a organização do trabalho em época de pandemia”, o evento contou remotamente com a presença de 75 empregados e gestores da empresa, distribuídos pelos estados de Santa Catarina, Mato Grosso do Sul, Paraná e Rio Grande do Sul. O magistrado destacou as ações realizadas pelo PTS no estado, o papel dos gestores e trabalhadores na construção de ambientes de trabalho seguros e saudáveis e os impactos da atual pandemia na organização do trabalho.

Notícia disponibilizada pela SECOM do TRT-SC:

GESTOR DO PTS ABRE SEMANA DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES DA ELETROSUL



Webinário ministrado pelo juiz Ricardo Jahn aconteceu na terça-feira (26)

O juiz Ricardo Jahn, um dos gestores regionais do Programa Trabalho Seguro (PTS) em Santa Catarina, ministrou na terça-feira (26) o webinário de abertura da Semana Interna de Prevenção de Acidentes de Trabalho (Sipat) e da 11ª Semana da Qualidade de Vida da empresa CGT Eletrosul.

Com o tema “Programa Trabalho Seguro e a organização do trabalho em época de pandemia”, o evento contou remotamente com a presença de 75 empregados e gestores da empresa, distribuídos pelos estados de Santa Catarina, Mato Grosso do Sul, Paraná e Rio Grande do Sul.

O magistrado destacou as ações realizadas pelo PTS no estado, o papel dos gestores e trabalhadores na construção de ambientes de trabalho seguros e saudáveis e os impactos da atual pandemia na organização do trabalho.

8.5.7. Participação em *live* promovida pela UNOESC

Data: 03 de dezembro de 2020

Representante do PTS-SC: Juíza Gestora Auxiliar Lisiane Vieira

Live promovida pela UNOESC com a participação da Juíza Gestora Auxiliar Lisiane Vieira e representantes do INSS e a Universidade, abordando o tema Respeito e Inclusão de reabilitados em acidentes de trabalho e pessoas com deficiências e o mercado de trabalho.

8.5.8. Participação em *live* promovida pela AMATRA 12

Data: 25 de fevereiro de 2021

Representante do PTS-SC: Juíza Gestora Auxiliar Lisiane Vieira

Live promovida pela AMATRA 12, com a participação da Juíza Gestora Auxiliar Lisiane Vieira, abordando a relação entre o ingresso precoce no mercado de trabalho e o adoecimento do trabalhador, entre outros temas.

8.5.9. Participação em *live* promovida pela AMATRA 12

Data: 28 de abril de 2021

Representantes do PTS-SC: Desembargador Gestor Regional Roberto Luiz Guglielmetto e Juiz Gestor Regional Ricardo Jahn

Live promovida pela AMATRA 12, com a participação do Desembargador Gestor Regional Roberto Luiz Guglielmetto e do Juiz Gestor Regional Ricardo Jahn, abordando tema relativo ao Programa Trabalho Seguro em Santa Catarina.



8.5.10. Participação em *live* promovida pela CISTT de Joaçaba

Data: 29 de abril de 2021

Representante do PTS-SC: Juíza Gestora Auxiliar Lisiane Vieira

Live "Saúde do trabalhador e da trabalhadora: prevenção é a melhor saída", realizada pela CISTT - Comissão Intersectorial de Saúde do Trabalhador e Trabalhadora de Joaçaba e transmitida via Facebook. Com a participação da Juíza Gestora Auxiliar Lisiane Vieira, enfatizando aspectos regionais: o quanto evoluímos em termos de prevenção de acidentes e doenças ocupacionais com as medidas previstas na ACP 1327/2009 e posteriormente com NR 36. Também foi discutido o trabalho realizado junto à indústria e trabalhadores da construção civil, de conscientização e formação, o que reduziu significativamente o número de acidentes nesse setor, além de aspectos relativos à COVID-19.

8.5.11. Participação no 1º Simpósio Internacional - EJUD8

Data: 06 de maio de 2021

Representante do PTS-SC: Juiz Gestor Auxiliar Rodrigo Goldschmidt

Painel apresentado durante o 1º Simpósio Internacional - EJUD8 - pelo Juiz Gestor Auxiliar Rodrigo Goldschmidt intitulado "Direito fundamental à desconexão: conteúdo e alcance".

8.5.12. Participação em Audiência Pública na ALESC

Data: 04 de agosto de 2021

Representante do PTS-SC: Juíza Gestora Auxiliar Lisiane Vieira

Depoimento da Juíza Lisiane Vieira

Na manhã de hoje, 04/08/2021, participei de audiência pública promovida pela Comissão de Saúde da ALESC (Assembleia Legislativa de Santa Catarina). A audiência pública tinha por objetivo debater as questões relativas ao atendimento pelo INSS, em especial o atendimento exclusivamente digital para a grande maioria dos serviços.

Fui convidada a participar por integrar, representando o Programa Trabalho Seguro, das Comissões Intersectoriais de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora dos Municípios de Joaçaba, Herval D Oeste e Luzerna, espaços onde esse debate se iniciou em abril desse ano.

Minha fala foi mais como um testemunho: perdi um amigo para a Covid19 em março desse ano e ajudei a viúva a fazer o requerimento da pensão por morte, momento em que vivenciei toda a dificuldade que a população tem passado para encaminhar seus pedidos à Previdência Social. Ante a complexidade do sistema para simplesmente obter uma senha de acesso inicial e apresentar um requerimento, muitos desistem, outros procuram

atravessadores, outros judicializam a questão. Me fez lembrar de um livro/filme, “O homem que fazia chover”, que conta a história de um processo judicial contra uma Seguradora Norte Americana. Ao final provou-se que ela tinha uma prática institucionalizada de burocratizar e negar sempre, pois muitos desistem e poucos judicializam. E como eu disse, não podemos deixar que isso aconteça com o nosso INSS, que é um Seguro Social e que deve ter por missão o acolhimento das pessoas.

É consenso que a disponibilização de serviços on-line é fator de inclusão e diminuição de custos para aqueles que conseguem bem utilizar as ferramentas digitais. Mas para as pessoas mais simples – os excluídos digitais -, é absolutamente necessário o atendimento presencial. Urge, portanto, a reabertura das agências para atendimento presencial desse público, com servidores capacitados.



Outras questões correlatas debatidas e propostas de encaminhamento:

- * realização de concursos públicos para a contratação de servidores pelo INSS, para atendimento presencial dos segurados e para análise dos requerimentos, de modo a reduzir o excessivo prazo verificado atualmente para análise e deferimento/indeferimento de benefícios (alguns casos, em especial de aposentadoria, estão levando até 01 ano para serem analisados e deferidos/indeferidos);*
- * melhoria dos sistemas, tornando-os mais intuitivos;*
- * disponibilização de tutoriais para auxiliar na compreensão, pelo segurado, do sistema on-line de requerimento de benefícios;*
- * perícias médicas: falou-se do número de indeferimentos, da falta de respeito aos segurados e da imensa judicialização da questão;*
- * segurados especiais (agricultura familiar): essas pessoas vêm passando um problema adicional, pois não têm tido a oportunidade de provar a qualidade de segurado (contribuem com um percentual sobre a nota do produtor rural). Grande número de indeferimento liminar.*

8.5.13. Apoio ao III Seminário Internacional em Direitos Humanos e Sociedade & V Jornada de Produção Científica em Direitos Fundamentais e Estado

Data: 20 a 23 de setembro de 2021

Representante do PTS-SC: Juiz Gestor Auxiliar Rodrigo Goldschmidt

Apoio do PTS-SC ao III Seminário Internacional em Direitos Humanos e Sociedade & V Jornada de Produção Científica em Direitos Fundamentais e Estado organizado pelo Programa de Pós-graduação em Direito – Mestrado, da Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC, de Criciúma/SC.

8.5.14. Participação no 6º Seminário Internacional Programa Trabalho Seguro - Construção do Trabalho seguro e decente em tempos de crise: prevenção de acidentes e doenças ocupacionais

Data: 18 a 22 de outubro de 2021

Representantes do PTS-SC: Desembargador Gestor Regional Roberto Luiz Guglielmetto e Juiz Gestor Regional Ricardo Jahn

Na oportunidade, o Desembargador Gestor Regional Roberto Luiz Guglielmetto representou a Presidência do TRT-SC na abertura do evento e, no dia 20 de outubro, coordenou a mesa referente à Conferência "O impacto da pandemia sobre o trabalho e os trabalhadores do Brasil".

Notícia disponibilizada pela SECOM do TRT-SC:

ABERTURA DO SEMINÁRIO INTERNACIONAL DO TRABALHO SEGURO ABORDA CENÁRIO DE CRISE E PANDEMIA

O evento, que começou nesta segunda-feira (18/10), será realizado até sexta (22), com transmissão no YouTube do TST.



O Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) e o Tribunal Superior do Trabalho (TST) promoveram, nesta segunda-feira (18/10), o 6º Seminário Internacional do Programa Trabalho Seguro da Justiça do Trabalho. O evento, que segue até sexta-feira (22), tem como objetivo debater sobre a importância de um ambiente seguro e decente no ambiente de trabalho, com

todos os esforços para a redução de acidentes e doenças, especialmente em tempo de crise, como a atual pandemia da Covid-19.

Durante a abertura, a presidente do TST e do CSJT, ministra Maria Cristina Peduzzi, afirmou que o coronavírus se apresentou como um dos maiores limitadores para o pleno exercício da atividade econômica e, conseqüentemente, para o desenvolvimento do trabalho. A ministra também destacou que, além da covid-19, é preciso não esquecer que o ambiente de trabalho precisa estar seguro contra outros tipos de doenças e acidentes, sendo fundamental uma gestão inteligente e atenta a outros fatores de risco para a saúde do trabalhador.

“A busca pela preservação dos postos de trabalho e do exercício pleno da livre iniciativa, bases da democracia e do constitucionalismo brasileiro, empregadores, empregados e governantes buscaram soluções para ajustar a forma de realização do trabalho com a redução da contaminação e com foco para a prevenção do adoecimento e mortes pela covid-19”, disse. “É possível constatar que tanto em nível constitucional, quanto legal, a saúde e a segurança no trabalho são direitos fundamentais e de extrema importância para a garantia de um ambiente de trabalho seguro e digno”, completou.

Debate

A coordenadora do comitê gestor nacional do Programa, ministra Delaíde Alves Miranda, comentou que a pandemia e as diversas crises impõem momentos desafiadores, por isso, o Programa Trabalho Seguro viu nesse cenário a necessidade de promover esse debate claro e conciso e tem realizado ações com vistas à conscientização e a prevenção.

Participaram da cerimônia de abertura, a vice-presidente do Supremo Tribunal Federal, ministra Rosa Weber, a diretora da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho, ministra Dora Maria da Costa, e a coordenadora da comissão nacional do Programa de Combate ao Trabalho Infantil e Estímulo à Aprendizagem, ministra Kátia Magalhães Arruda, além do ministro do TST Breno Medeiros, o diretor do Escritório da Organização Internacional do Trabalho (OIT) no Brasil, Martin Hahn, e o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Felipe Santa Cruz.

Conferência de abertura



A conferência de abertura, com tema “Construção do trabalho seguro e decente em tempos de crise: prevenção de acidentes e doenças ocupacionais”, foi feita pelo professor catedrático de Direito do Trabalho e Seguridade Social da Universidade da República (Uruguai) Hugo Barretto Ghione. Em sua exposição, o professor abordou sobre a saúde e segurança no trabalho e vinculou o direito fundamental à saúde e à segurança humana.

Barretto Ghione também descreveu sobre a aproximação do direito à saúde e à lei do trabalho com a ecologia do trabalho concretizada com o conceito de ambiente de trabalho. Ao final, o professor identificou os principais desafios do direito à segurança e o plano de reconhecimento e garantia internacional.

Painéis

O professor de Direito da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) Valério Mazzuoli apresentou o painel "Trabalho decente e saúde do trabalhador. NIT's - Normas Internacionais do Trabalho". O professor apresentou um panorama sobre o controle de convencionalidade das normas no Brasil e abordou sobre o papel do juiz na aplicação das convenções internacionais de proteção dos direitos humanos.



No painel "Os desafios para pensar o trabalho decente no contexto atual", o professor do Instituto de Economia da Unicamp e pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (CESIT/IE/Unicamp) José Dari Krein destacou sobre três premissas: o mundo do trabalho e pandemia, a crise civilizacional e a centralidade do trabalho.



De acordo com o pesquisador, a pandemia é um momento em que se exacerbam certas tendências que já estão em curso. Segundo ele, são mudanças substanciais em relação a como a sociedade vai se organizar, diante da dimensão da crise sanitária social e econômica vivenciadas, com impacto também nas relações de trabalho.

GESTOR REGIONAL DO PROGRAMA TRABALHO SEGURO COORDENA MESA EM SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Evento promovido pelo Tribunal Superior do Trabalho convidou especialistas para falar sobre os impactos da Covid no mundo do trabalho



O desembargador Roberto Guglielmetto, gestor do Programa Trabalho Seguro (PTS) em Santa Catarina, coordenou mesa no 6º Seminário Internacional Programa Trabalho Seguro nesta quarta-feira (20). O evento, promovido pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) e pelo TST, tem transmissão ao vivo pelo canal oficial do TST no YouTube.

O seminário tem como objetivo debater a importância de um ambiente de trabalho seguro e decente, com todos os esforços para a redução de acidentes e doenças, especialmente em tempo de crise, como a atual pandemia da Covid-19. Iniciado na segunda (18), segue até sexta-feira (22).

A conferência mediada pelo desembargador Guglielmetto foi apresentada pelo doutor em epidemiologia Pedro Hallal, que falou a respeito dos impactos da pandemia sobre o trabalho e os trabalhadores brasileiros. Além do desembargador, o juiz Ricardo Jahn, também gestor regional do PTS, está participando do evento.

8.6. Palestras

8.6.1. Palestra para alunos do CEDUP de Joinville

Data: 8 de setembro de 2020

Representante do PTS-SC: Juiz Gestor Auxiliar Rogério Dias Barbosa

O Juiz Gestor Auxiliar Rogério Dias Barbosa proferiu palestra, por videoconferência, aos alunos do curso Técnico em Administração e Técnico em Recursos Humanos do CEDUP de Joinville (parceiro do PTS-SC) referentes à disciplina Segurança e Medicina do Trabalho.



8.6.2. Palestra para alunos da Unisinos

Data: 24 de setembro de 2020

Representante do PTS-SC: Juiz Gestor Auxiliar Daniel Lisbôa

Evento *on-line* transmitido para alunos da Unisinos em que o Juiz Gestor Auxiliar Daniel Lisbôa falou sobre o PTS e sua atuação, prevenção de acidentes de trabalho, entre outros temas.

8.6.3. Palestra/aula para alunos do XI Curso de Formação Inicial de Juízes Substitutos do TRT da 8ª Região

Data: 27 de outubro de 2020

Representante do PTS-SC: Juiz Gestor Auxiliar Elton Antonio de Salles Filho

Palestra/aula *on-line* ministrada pelo Juiz Gestor Auxiliar Elton Antonio de Salles Filho no XI Curso de Formação Inicial de Juízes Substitutos do TRT da 8ª Região abordando tema relativo às experiências regionais do Programa Trabalho Seguro em Santa Catarina.

8.6.4. Palestra/aula para alunos do Curso de Formação de Lideranças Comunitárias e Sociais promovido pela UNESC

Data: 29 de outubro de 2020

Representante do PTS-SC: Juiz Gestor Auxiliar Rodrigo Goldschmidt

Palestra/aula *on-line* ministrada pelo Juiz Gestor Auxiliar Rodrigo Goldschmidt no Curso de Formação de Lideranças Comunitárias e Sociais promovido pela UNESC. O magistrado discorreu sobre o Direito do Trabalho e a saúde do trabalhador.

8.6.5. Palestra para trabalhadores da Siderúrgica Catarinense

Data: 10 de dezembro de 2021

Representante do PTS-SC: Juiz Gestor Regional Ricardo Jahn

Notícia disponibilizada pela SECOM do TRT-SC:

TRABALHO SEGURO RETOMA VISITAS A EMPRESAS PARA ALERTAR SOBRE SEGURANÇA LABORAL

Gestor regional aguardou queda na taxa de transmissão da Covid-19 para voltar a fazer trabalho de conscientização



Cerca de 20 trabalhadores uniformizados sentados em cadeiras, em uma sala, assistem à palestra do juiz Ricardo Jahn

Com o avanço da vacinação contra da Covid-19 e a queda na taxa de transmissão do vírus, o juiz Ricardo Jahn, que atua na 2ª Vara do Trabalho de Tubarão e é gestor regional do Programa Trabalho Seguro (PTS) do TRT-SC, voltou a realizar ações de conscientização sobre segurança no trabalho.

Na sexta (10), o magistrado esteve na Siderúrgica Catarinense (Sical), em Criciúma, participando da Semana Interna de Prevenção de Acidentes de Trabalho (Sipat) da empresa. Além de duas

palestras para os empregados, nos dois turnos de trabalho, e uma conversa com supervisores e encarregados, ele também se reuniu com os administradores da empresa, fazendo o convite para ser parceira do Programa

No ramo de siderurgia desde 1970, a Sical conta atualmente com cerca de 200 colaboradores e tem capacidade de produção de 300 toneladas por mês de peças em ferro cinzento, ferro nodular, aços e ligas especiais.

8.7. Assinatura de Termo de Adesão ao PTS-SC

8.7.1. Aderente: EMPRESA DE COURO E CALÇADOS VIPOSA

Representante do PTS-SC: Juiz Gestor Auxiliar Daniel Lisbôa

Data: 05 de março de 2020

Notícia disponibilizada pela SECOM do TRT-SC:

EMPRESA DE COURO E CALÇADOS DE CAÇADOR ADERE AO PROGRAMA TRABALHO SEGURO



Termo de adesão foi firmado pelo juiz Daniel Lisbôa (C) e representantes da empresa

O Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região (SC) e a empresa de couro e calçados Viposa, do município de Caçador, assinaram o termo de adesão ao Programa Trabalho Seguro (PTS), que tem como objetivo promover ações voltadas à prevenção dos acidentes de trabalho.

O protocolo de intenções foi assinado na sede Viposa pelo juiz titular da Vara do Trabalho de Caçador, Daniel Lisbôa, um dos gestores auxiliares do PTS, e pela direção da empresa. Criada em 1954, a Viposa conta com cerca de 1,5 mil empregados diretos. Seus produtos atendem principalmente a setores de segurança, inclusive em outros continentes.

8.7.2. Aderente: CENTRO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL “DARIO GERALDO SALLES” - CEDUP DE JOINVILLE

Representante do PTS-SC: Juiz Gestor Auxiliar Rogério Dias Barbosa

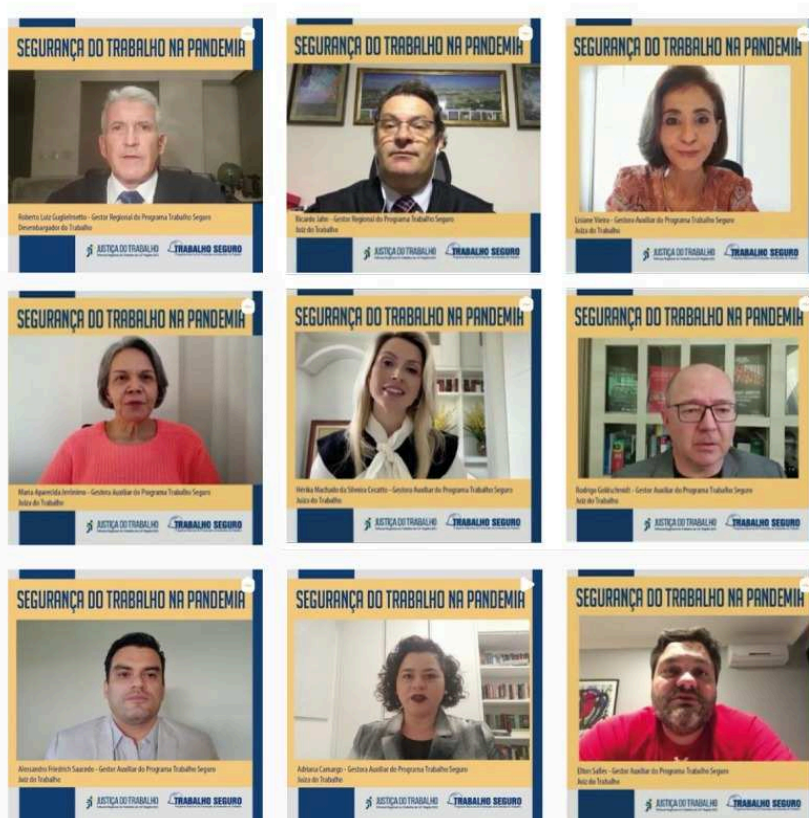
Data: 18 de agosto de 2020

8.8. Celebração de datas comemorativas

8.8.1. Gravação e divulgação de vídeos em comemoração ao Dia Nacional de Prevenção de Acidentes de Trabalho

Data: 20 a 27 de julho de 2020

Representantes do PTS-SC: Desembargador Gestor Regional Roberto Luiz Guglielmetto, Juiz Gestor Regional Ricardo Jahn, Juíza Gestora Auxiliar Adriana Xavier de Camargo, Juiz Gestor Auxiliar Alessandro Friedrich Saucedo, Juiz Gestor Auxiliar Elton Antônio de Salles Filho, Juíza Gestora Auxiliar Hérica Machado da Silveira Cecatto, Juíza Gestora Auxiliar Lisiane Vieira, Juíza Gestora Auxiliar Maria Aparecida Ferreira Jeronimo e Juiz Gestor Auxiliar Rodrigo Goldschmidt



As redes sociais do TRT-SC veicularam vídeos gravados pelos Gestores Regionais e Auxiliares do PTS-SC alertando sobre a importância de se manter os ambientes de trabalho seguros e saudáveis durante a pandemia. A iniciativa está relacionada ao Dia Nacional de Prevenção de Acidentes de Trabalho, lembrado anualmente em 27 de julho. A intenção é reforçar a ideia de que os cuidados com a segurança do trabalho não podem ser esquecidos, mesmo nesse momento em que as preocupações estão voltadas para como se proteger do novo coronavírus. São nove vídeos de 2 a 3 minutos, exibidos diariamente, com cada um deles tratando de assuntos específicos, como normas regulamentadoras, responsabilidade conjunta, trabalho remoto, trabalho doméstico, frigoríficos e saúde mental.

Notícia disponibilizada pela SECOM do TRT-SC:

MAGISTRADOS USAM REDES SOCIAIS PARA ALERTAR SOBRE SEGURANÇA DO TRABALHO DURANTE PANDEMIA

As redes sociais do TRT-SC começaram a veicular, nesta segunda-feira (20), vídeos gravados por magistrados alertando sobre a importância de se manter os ambientes de trabalho seguros e saudáveis durante a pandemia. A iniciativa está relacionada ao Dia Nacional de Prevenção de Acidentes de Trabalho, lembrado anualmente em 27 de julho.

A intenção dos juízes, todos integrantes do Programa Trabalho Seguro, é reforçar a ideia de que os cuidados com a segurança do trabalho não podem ser esquecidos, mesmo nesse momento em que as preocupações estão voltadas para como se proteger do novo coronavírus.

Serão nove vídeos de 2 a 3 minutos, com cada um deles tratando de assuntos específicos, como normas regulamentadoras, responsabilidade conjunta, trabalho remoto, trabalho doméstico, frigoríficos e saúde mental. Eles serão exibidos diariamente até 27 de julho.

Santa Catarina registrou 41,4 mil acidentes de trabalho em 2018 (último dado disponível) no setor privado formal, de acordo com o INSS, com 118 mortes. No Brasil, foram 623,8 mil ocorrências e 2.022 mortes. Esses números não consideram o setor público ou trabalhadores sem carteira assinada, que atuam informalmente.

“Considero necessário manter o foco na manutenção dos programas de prevenção de acidentes e doenças ocupacionais. É importante que empregadores e trabalhadores, mesmo neste período de pandemia, cumpram com as normas de segurança e saúde no trabalho”, reforça o desembargador Roberto Guglielmetto, cujo vídeo foi o primeiro a ser postado.

8.8.2. Publicação nas redes sociais em comemoração ao Dia Nacional de Prevenção de Acidentes de Trabalho

Data: 27 de julho de 2021



8.8.3. Participação na Sessão Solene e no vídeo comemorativo dos 40 anos do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região

Local: Florianópolis, SC

Data: 13 de dezembro de 2021

Representante do PTS-SC: Desembargador Gestor Regional Roberto Luiz Guglielmetto

Notícia disponibilizada pela SECOM do TRT-SC:

SESSÃO SOLENE CELEBRA 40 ANOS DE INSTALAÇÃO DO TRT-SC

Cerimônia híbrida teve homenagem à desembargadora da primeira composição, exibição de vídeo e discursos emocionados



Ione Ramos, desembargadora da primeira composição, recebe homenagem do presidente do TRT-SC

Uma sessão especial ocorrida nesta segunda-feira (13) celebrou os 40 anos de instalação do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região (TRT-SC), completados no último sábado (11). Sob o comando do presidente da instituição, desembargador José Ernesto Manzi, e com a participação presencial e a distância de autoridades, a cerimônia híbrida foi transmitida ao vivo pelo canal do Tribunal no YouTube.

No discurso de abertura, o presidente ressaltou as virtudes presentes durante as quatro décadas de história do TRT-SC. “Trabalho intenso, competente e incansável, sempre avante de seu tempo, sempre acima das expectativas cidadãos, construindo a partir do nada, ou renascendo em tempos de pandemia”, assinalou.

Ele também parabenizou todos os magistrados e servidores que passaram pela instituição, ressaltando que eles “deixaram suas sementes de exemplo e esperança, que continuam a vicejar sob a nossa responsabilidade temporal”.

O presidente concluiu projetando os próximos anos do TRT-SC. “Orgulhosos do passado e confiantes no futuro, continuaremos a honrar as gloriosas tradições desta Corte, que, nos seus 40 anos, possui o vigor da juventude, com a prudência e a sabedoria que a maturidade sempre traz”.



Emancipação

A solenidade começou com o secretário-geral judiciário, Roberto Carlos de Almeida, servidor desde 1995, contando um pouco da história da instituição. A criação de um Tribunal trabalhista próprio era uma reivindicação antiga no estado, que já possuía 14 unidades de primeiro grau para tratar de conflitos trabalhistas. A dificuldade é que todos os recursos tinham de ser enviados para o TRT da 9ª Região (Paraná), o que atrasava a tramitação dos processos.

Tendo como seu primeiro presidente José Fernandes Rufino, juiz togado mais antigo do estado e principal responsável pela “emancipação” em relação à 9ª Região, o TRT-SC começou com 173 servidores, 12 juízes e oito desembargadores - seis togados e dois classistas temporários. Em sua primeira composição, o colegiado já contava com uma magistrada, a juíza Ione Ramos, algo incomum à época.

Saída a campo

Na sequência, foi exibido um vídeo com dois depoimentos: um da desembargadora Ligia Maria Teixeira Gouvêa, cuja carreira iniciou em 1979, ainda na 9ª Região, e outro do servidor Francisco de Assis Barbosa, concursado de 1986.

A desembargadora foi a primeira diretora da Escola Judicial do TRT-SC, em 2005, e falou sobre o papel desses órgãos na formação dos magistrados. “Os juízes da minha geração aprendiam com a experiência, com a prática diária. Hoje, ainda bem, o magistrado que passa em um concurso tem esse laboratório, no qual pode aplicar os conhecimentos teóricos e se preparar para situações que venham a surgir durante uma audiência, um momento crítico de nosso trabalho”, analisou.

Barbosa, que desde sua posse é o responsável por fazer o primeiro contato com os recém-nomeados, lembrou que nos anos 80 e 90 “saía a campo” para tentar encontrar aqueles cujos endereços não eram localizados pelos Correios. “Uma vez um dos candidatos me disse que não tinha dinheiro para pagar a passagem e vir tomar posse. Disse a ele: ‘se conseguires pagar a ida, eu garanto tua volta’. E ele veio, tornando-se servidor do TRT-SC”.

Homenagens

Na sequência, duas homenagens. A juíza substituta empossada mais recentemente no Tribunal, Laís Manica, entregou flores para a desembargadora aposentada Ione Ramos, da primeira composição. O mesmo gesto foi repetido pela servidora Renata Freitas, que nasceu na mesma semana de instalação do TRT-SC, à colega aposentada Marilde Mafra, secretária da Corregedoria por 12 anos e que representou todos os servidores da instituição. Ambas receberam uma placa pelos serviços prestados.



Representando todos os servidores do Tribunal, Marilde Mafrá (aposentada) recebe orquídea de Renata Freitas, servidora nascida na mesma semana de instalação do TRT-SC

Depoimentos

A presidente da Associação dos Magistrados do Trabalho da 12ª Região (Amatra 12), Patrícia Pereira de Sant'Anna, ressaltou que a principal característica do TRT-SC ao longo de seus 40 anos sempre foi o "acolhimento". Como exemplo, citou o fato de a instituição ter no quadro pessoas de todas as regiões do país. "Vivemos de acolhimentos, eficiência e excelência", ressaltou a magistrada, que também representou a Presidência da Anamatra no evento.

Na sequência, em nome dos servidores, discursou a coordenadora executiva de finanças e patrimônio do Sindicato dos Trabalhadores no Poder Judiciário Federal em Santa Catarina (Sintrajusc), Elça de Andrade Faria. De acordo com ela, falar dessas quatro décadas significa "falar dos trabalhadores e trabalhadoras que deixaram e deixam a marca de seu fazer em cada ação do Tribunal". "Como entidade representativa da categoria, esperamos continuar tendo administradores dispostos a nos ouvir e fazer valer as nossas reivindicações. Esperamos que os frutos do trabalho dos servidores tenham o merecido reconhecimento e continuem, nos anos que virão, a auxiliar na promoção da Justiça nestes tempos tão difíceis que estamos vivendo", concluiu.

O procurador-chefe do Ministério Público do Trabalho de Santa Catarina (MPT-SC), Marcelo Goss Neves, destacou que o fato de o TRT-SC integrar um ramo especializado da Justiça faz a diferença na vida dos trabalhadores. "Me orgulho de ser uma peça nesse processo, que é gigantesco, muito maior do que nós. Existe uma história que nos antecede e nos faz estar aqui", pontuou, referindo-se à ausência de direitos trabalhistas no início da era da industrialização. Neves concluiu com uma homenagem ao desembargador Umberto Grillo, que além de integrar a primeira composição do Tribunal, também foi seu professor de Direito do Trabalho.

O presidente da Comissão de Direito do Trabalho da OAB-SC, advogado Gustavo Villar Guimarães, enalteceu o vanguardismo do Regional catarinense. "Lembro do Provi, que foi uma experiência incrível, e logo na sequência fomos brindados para ser a primeira vara do Brasil a receber o Processo Judicial Eletrônico (PJe). Sempre fomos receptores de novas ideias e mudanças de paradigma", ressaltou.



8.9. Inovações

8.9.1. Elaboração e encaminhamento de Plano de Ação visando atingir a Meta 9/2020 do CNJ vinculada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030

Local: Florianópolis, SC

Data: Junho de 2020

Representante do PTS-SC: Desembargador Gestor Regional Roberto Luiz Guglielmetto

Para cumprimento da meta estabelecida no Plano de ação, foi expedido ofício em conjunto com a Corregedoria Regional e o PTS-SC, e enviado a todos os magistrados do Estado solicitando a inclusão em pauta para conciliação dos processos em trâmite nas suas Unidades Judiciárias que se encontram pendentes de julgamento em 31/05/2020 e ajuizados até 31/12/2019 e que possuíam em seu cadastro exclusivamente como assunto “acidente de trabalho” e/ou “doença ocupacional”. Tal medida objetivava atender ao Plano de Ação proposto pelo PTS-SC visando atingir a Meta 9/2020 do CNJ vinculada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030.

Durante o 2º Encontro Ibero-Americano da Agenda 2030 no Poder Judiciário, promovido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ocorrido por videoconferência, a Desembargadora do Trabalho- Presidente do TRT-SC apresentou Plano de Ação de autoria do PTS-SC, sob a coordenação do Desembargador Gestor Regional Roberto Luiz Guglielmetto, visando atingir a Meta 9/2020 do CNJ vinculada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030. A iniciativa visa impulsionar a conciliação das ações cadastradas exclusivamente como acidente de trabalho e/ou doenças ocupacionais. A referida Meta, na medida em que buscava reduzir em 10% o acervo de ações cadastradas exclusivamente a acidente de trabalho e/ou doenças ocupacionais e incluir em pauta processos cadastrados exclusivamente a acidente de trabalho e/ou doenças ocupacionais em 50% (cinquenta por cento) das Unidades Judiciárias do TRT da 12ª Região, estabelecida para o final do mês de outubro de 2020, já no final de setembro registrou-se que, dos 874 processos cadastrados exclusivamente a acidente de trabalho e/ou doenças ocupacionais pendentes de julgamento em 31/05/2020 e ajuizados até 31/12/2019, 377 foram solucionados e, das 60 Varas do Trabalho do Estado, todas incluíram em pauta processos cadastrados exclusivamente ao referido assunto. Deste modo, foram reduzidas as mencionadas ações em 43%, sendo que a meta era de 10%, e 100% das Varas Trabalhistas incluíram em pauta os processos cadastrados exclusivamente a acidentes do trabalho e/ou doenças ocupacionais, o dobro do resultado esperado.

Notícia disponibilizada pela SECOM do TRT-SC:

JUÍZES SUPERAM META DE PLANO DE AÇÃO QUE BUSCA INTEGRAR AGENDA 2030 DA ONU AO TRT-SC

Resultado foi obtido durante período de atividade integralmente remota



Os juízes do trabalho catarinenses superaram amplamente o plano de ação proposto para alcançar a Meta 9 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que busca a integração dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU) ao Poder Judiciário, por meio de ações de prevenção ou desjudicialização de litígios.

Dentre os 17 Objetivos, a Justiça do Trabalho escolheu para dar maior ênfase em suas ações o ODS 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico). Com base neste Objetivo, foi elaborado plano de ação para o cumprimento da Meta 9 do CNJ. Na fase de elaboração, buscou-se através de dados estatísticos os assuntos mais recorrentes em ações trabalhistas e que melhor tivessem relação com o ODS escolhido.

Chegou-se, então, ao assunto acidentes do trabalho e doenças profissionais, sobre o qual foi traçado o seguinte plano de ação:

Meta de que pelo menos 50% das unidades de 1º grau incluíssem em pauta os processos envolvendo “acidente de trabalho” e/ou “doença ocupacional” ajuizados até o fim de 2019, com a meta de que 10% dos processos relacionados ao assunto fossem resolvidos até o final de outubro de 2020.

Apesar das atividades estarem sendo realizadas de forma remota no Tribunal desde março para evitar a disseminação da covid-19, a primeira parte da meta foi superada em dobro, com 100% das varas do trabalho incluindo tais processos em pauta.

Êxito

Com relação à segunda parte da meta proposta no plano de ação (até o final de outubro solução de 10% desses processos), até 9 de outubro, ou seja, bem antes do final do prazo estabelecido, as

varas do trabalho de SC já haviam superado o quádruplo da meta estabelecida. Do total de processos identificados com o assunto, 43% deles (377 processos) já haviam sido solucionados pelas unidades judiciárias.

O desembargador-corregedor, Amarildo Carlos de Lima, ressaltou a importância do resultado obtido. "Apesar do momento de dificuldade vivido pela pandemia da covid-19, conseguimos total adesão dos nossos juízes do trabalho, que, com o apoio da equipe de servidores, entenderam a necessidade cada dia maior e premente de integrar a atividade humana ao desenvolvimento sustentável", destacou.

Com o intuito de parabenizar os juízes pelo feito, o desembargador-corregedor e o gestor Regional do Programa Trabalho Seguro (PTS) em Santa Catarina, desembargador Roberto Guglielmetto, encaminharam um ofício às unidades enaltecendo seus esforços e empenho.

O gestor do PTS também elogiou a atuação dos envolvidos. "O êxito é proveniente do trabalho realizado por todos os juízes de primeiro grau e servidores de Santa Catarina. O engajamento deles no cumprimento da meta foi surpreendente, por isso merecem todas as congratulações", afirmou Guglielmetto.

Além dessa ação para cumprimento da Meta 9 do CNJ, a Administração do TRT-SC está realizando diversas outras iniciativas de integração à Agenda 2030 (com foco no ODS 8 escolhido, bem como nos outros ODS estabelecidos na Agenda) por meio de portarias, normativos, concessão de certificados, com destaque especial à criação do LIODS-TRT12.

Agenda 2030

A Agenda 2030 prevê ações globais em prol da erradicação da pobreza, segurança alimentar, agricultura, saúde, educação, acesso à Justiça, segurança pública e promoção de uma sociedade mais pacífica, empoderamento da mulher, erradicação do trabalho infantil, entre outros.

Em 2020, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) incluiu a Agenda dentre as metas do Poder Judiciário (Meta 9). No caso da Justiça do Trabalho, o ODS escolhido para a integração à Agenda é o de número 8, que intenta "promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos".

CONSELHEIRA DO CNJ PARABENIZA TRT-SC PELA SUPERAÇÃO NO CUMPRIMENTO DA META 9 DO JUDICIÁRIO



Conselheira do CNJ Maria Tereza Uille e desembargadora Lourdes Leiria

“A Institucionalização da Agenda 2030 no Judiciário Brasileiro”. Esse foi o tema da conferência que encerrou a programação de 2020 da Escola Judicial (Ejud12). A atividade, integrante do 3º Módulo Telepresencial, foi ministrada pela conselheira do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) Maria Tereza Uille Gomes e mediada pela presidente do TRT-SC, desembargadora Lourdes Leiria.

Maria Uille, que é presidente da Comissão Permanente dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 2030 e coordenadora do Comitê Interinstitucional da Agenda 2030 e do Laboratório de Inovação, Inteligência e ODS (LIODS/CNJ), fez uma retrospectiva sobre a incorporação da agenda global ao planejamento dos tribunais do país.

De acordo com a conselheira, o Judiciário brasileiro é o primeiro no mundo a institucionalizar a Agenda 2030. Essa integração foi materializada por meio da Meta 9, aprovada em novembro do ano passado, em Maceió, durante o 13º Encontro Nacional do Poder Judiciário.

Meta 9

De acordo com a meta aprovada, os tribunais devem realizar ações de prevenção ou desjudicialização de litígios integradas à Agenda 2030, cujo cerne são os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU).

Os ODS orientam o combate à pobreza e a promoção de uma vida digna para todos, dentro dos limites do planeta. O documento firmando o compromisso em cumpri-los foi assinado em 2015 pelos 193 países-membros da ONU, incluindo o Brasil.

Maria Uille avaliou positivamente a implantação da Meta 9 ao longo de 2020. “Era algo muito novo. Acompanhamos os tribunais e estamos chegando ao final do ano com a percepção de que essa é a primeira meta qualitativa do Judiciário, que permite aos tribunais discricionariedade para escolher os temas que querem desjudicializar, como fazer essa desjudicialização e como prevenir novas judicializações. Ou seja, faz com que o tribunal olhe para o ODS, reflita sobre o que o mundo quer medir e identifique por onde ir”, pontuou a conselheira.

Para Maria Uille, os esforços em busca da Meta 9 são “uma iniciativa entrópica do Judiciário, que não está contratando auditorias externas para resolver o problema de excesso de judicialização. Ele está encontrando, por meio do diálogo das equipes internas das atividades meio e fim, alguns caminhos”.

A conselheira afirmou ainda que as experiências dos tribunais ao longo do ano farão parte de um caderno digital, que será publicado pelo CNJ com o intuito de que os esforços individuais sejam somados aos coletivos e que as boas práticas possam auxiliar na construção de um plano de ação nacional.

Agenda 2030 no TRT-SC

A presidente Lourdes Leiria destacou a prioridade dada pelo TRT-12 às ações vinculadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Como exemplo, citou a superação antecipada pelos juízes do plano de ação para cumprimento da Meta 9, relacionado com o ODS nº 8 – trabalho decente e crescimento econômico.

A desembargadora falou ainda sobre as ações da Administração para integrar a Agenda 2030 no âmbito do TRT-SC, como a implantação do Programa de Inovação e Sustentabilidade, em agosto, e a criação do LIODS-TRT12 - sobre este, exibiu um vídeo produzido pela Secretaria de Comunicação (Secom) do Tribunal.

O desempenho da instituição foi enaltecido pela conselheira do CNJ. “Parabenizo imensamente o TRT-SC pela superação da Meta 9. Tanto a Presidência, a Corregedoria, os órgãos da Administração, mas sobretudo os magistrados, servidores e colaboradores que permitiram o resultado. Recebam o nosso reconhecimento e o agradecimento”, elogiou.

Maria Uilles também elogiou a criação do LIODS-TRT12, definido por ela como um grande ambiente de criatividade, inovação, ideias e capaz de proporcionar para magistrados, servidores, colaboradores e convidados externos um espaço horizontal para diálogo e pensamento sobre a Agenda 2030.

A conselheira ainda agradeceu ao TRT-SC por estar contribuindo e sendo o Tribunal piloto na Justiça de Trabalho para desenvolvimento de projeto do CNJ relacionado ao ODS nº 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico). A contribuição conta com a participação do juiz gestor estratégico de metas e coordenador operacional do LIODS-TRT12, Roberto Masami Nakajo.

Encerrando o evento, a presidente Lourdes Leiria destacou que a conferência “mostrou que a nossa atuação, como agentes públicos e membros do Poder Judiciário, pode ser mais efetiva se levados em conta os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030”.

“Em razão do trabalho à distância, achávamos que seria difícil cumprir o plano de ação da Meta 9, mas ela foi resolvida com muito sucesso. Enalteço pelo resultado o desembargador Roberto Guglielmetto, gestor do Programa Trabalho Seguro em Santa Catarina, que coordenou a concretização dessa meta junto ao nosso Corregedor, Amarildo Carlos de Lima, e todos nossos juízes, que se empenharam no cumprimento”, ressaltou a presidente.

8.9.2. Participação no Comitê Interdisciplinar do Programa de Inovação e Sustentabilidade no âmbito do TRT da 12ª Região

Local: Florianópolis, SC

Data: 11 de agosto de 2020

Representante do PTS-SC: Desembargador Gestor Regional Roberto Luiz Guglielmetto

O Desembargador Gestor Regional do Programa Trabalho Seguro passou a integrar o Grupo Gestor do Programa de Inovação e Sustentabilidade, o qual objetiva fomentar e estimular a inovação e a internalização da Agenda 2030, por meio do Laboratório de Inovação, Inteligência e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região.

Notícia disponibilizada pela SECOM do TRT-SC:

LABORATÓRIO LIODS-TRT12 IMPULSIONA A INOVAÇÃO E INTEGRA A AGENDA 2030 DA ONU À JUSTIÇA DO TRABALHO CATARINENSE
Além do LIODS-TRT12, também foi criado o Programa de Inovação e Sustentabilidade



Com a preocupação de impulsionar inovações e integrar a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU) para sustentabilidade do planeta e desenvolvimento da sociedade à Justiça do Trabalho catarinense, foi publicada na última terça (11) a Portaria PRESI 246/2020. O documento estabelece diretrizes de funcionamento e institui o Laboratório de Inovação, Inteligência e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (LIODS-TRT12) no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região (TRT-SC).

Apesar de o LIODS-TRT12 ter como um de seus intuitos principais o de apoiar a Administração da instituição na solução de problemas complexos, ele não se limita a um espaço físico dentro da sede do TRT-SC, envolvendo também ambientes virtuais, metodologias, pessoas e ações que impulsionem a inovação – tudo isso com fins de atendimento aos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) para o planeta. Os ODS constam na chamada Agenda 2030, documento da ONU assinado por 193 países, incluindo o Brasil.

Entre os sete eixos que orientaram as ações do LIODS estão a sensibilização – que consiste em práticas para o fomento da cultura de criatividade, inovação e sustentabilidade no serviço público –, a prospecção – caracterizada pelo mapeamento de soluções inovadoras e sustentáveis internas e externas à instituição – e o hub de conhecimento – espaço para a realização de eventos com foco nas soluções para os desafios da justiça trabalhista.

Tudo isso deverá acontecer de maneira multidisciplinar, colaborativa, compartilhada, transparente, com estímulo à criatividade e ao desenvolvimento sustentável.

A presidente do TRT-SC, desembargadora Lourdes Leiria, destaca os motivos que levaram à implantação do LIODS-TRT12, como a relevância da Agenda 2030 e a crescente exigência dos serviços prestados pelas instituições públicas.

“O Laboratório atende a uma necessidade do mundo atual, em que a Justiça do Trabalho apresenta questões complexas, para as quais as soluções tradicionais não produzem mais resultados satisfatórios. Por isso é imprescindível a adoção de novas formas de resolver os problemas, alinhados com os objetivos da Organização das Nações Unidas para sustentabilidade do planeta e desenvolvimento da sociedade”, avalia a magistrada.

A Portaria que institui o Laboratório foi publicada no dia 11 de agosto, Dia do Advogado e Magistrado, data que homenageia as carreiras jurídicas e celebra o estabelecimento do ensino do Direito no Brasil.

Programa de Inovação e Sustentabilidade

Na mesma data foi editada a Portaria PRESI 247/2020, que instituiu o Programa de Inovação e Sustentabilidade do TRT12 e criou o Comitê Interdisciplinar do Programa de Inovação e Sustentabilidade.

O Comitê é composto por dois grupos. O gestor – cuja atribuição é deliberar sobre diretrizes do Programa de Inovação e Sustentabilidade –, coordenado pela presidente Lourdes Leiria, e o técnico – responsável pela gestão operacional do LIODS-TRT12 – coordenado pelo juiz Roberto Masami Nakajo, do Comitê Gestor da Sustentabilidade. Também integram o Comitê os desembargadores que compõem a Administração do TRT-SC, magistrados, diretores administrativos e servidores de diversas áreas.

Agenda 2030

A Agenda 2030 prevê ações globais em prol da erradicação da pobreza, segurança alimentar, agricultura, saúde, educação, acesso à Justiça, segurança pública e da promoção de uma sociedade mais pacífica, empoderamento da mulher, erradicação do trabalho infantil, entre outros.

Em 2020 o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) incluiu a Agenda dentre as metas do Poder Judiciário (meta 9). No caso da Justiça do Trabalho, o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável escolhido para a integração à Agenda é o de número 8, qual seja: promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos.

8.9.3. Colaboração no Concurso de Desenho e Frases promovido pelo CEDUP de Joinville

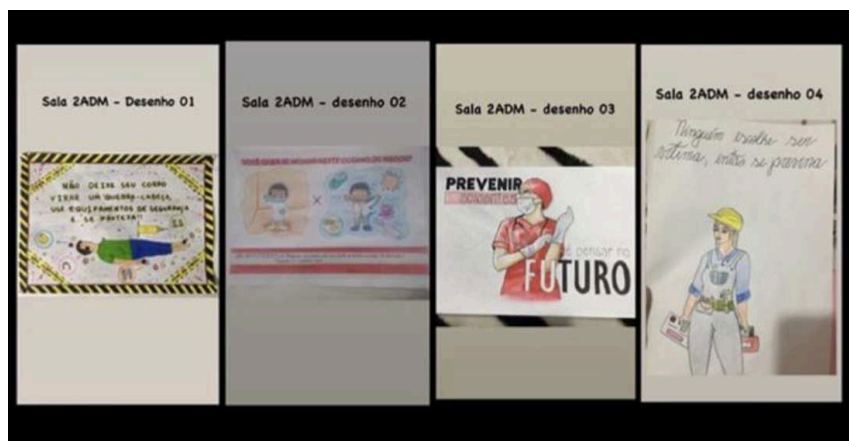
Local: Florianópolis, SC

Data: 28 de agosto de 2020

Representante do PTS-SC: Juiz Gestor Auxiliar Rogério Dias Barbosa

O Juiz Gestor Auxiliar Rogério Dias Barbosa colaborou na pré-seleção de trabalhos apresentados por alunos do curso Técnico em Administração e Técnico em Recursos Humanos do CEDUP de Joinville (parceiro do PTS-SC) referentes à disciplina Segurança e Medicina do Trabalho. O concurso de desenho e frases alusivos à saúde e segurança do trabalho, realizado entre alunos de 16 e 17 anos, teve a votação para escolha dos finalistas pelo Instagram, contando com a participação de quase 200 pessoas. Os vencedores foram premiados com camisetas do Programa Trabalho Seguro.





8.9.4. Plotagem com divulgação do Programa Trabalho Seguro nos Fóruns Trabalhistas e Edifício-sede do TRT da 12ª Região

Local: Florianópolis, SC

Data: 16 de setembro de 2020

Representante do PTS-SC: Desembargador Gestor Regional Roberto Luiz Guglielmetto

Apresentação de solicitação à Presidência do TRT-SC para substituição/colocação de plotagem referente ao Programa Trabalho Seguro no edifício-sede e nos Fóruns e Varas Trabalhistas de Santa Catarina, a fim de divulgar o Programa. A solicitação foi deferida e, em virtude do agravamento da situação da pandemia do COVID-19 no Estado de Santa Catarina com o fechamento dos Fóruns e Varas Trabalhistas, a instalação das plotagens foi adiada para o ano de 2021.

8.9.5. Lançamento do Projeto Mestre Aprendiz

Local: Jaraguá do Sul, SC

Data: 15 de junho de 2021

Representante do PTS-SC: Juíza Gestora Auxiliar Adriana Custódio Xavier de Camargo

Notícia disponibilizada pela SECOM do TRT-SC:

**Projeto vai ouvir crianças de Jaraguá do Sul sobre segurança no trabalho
Piloto será realizado com filhos de trabalhadores filiados a sindicato de metalúrgicos**



“O que torna seguro o trabalho de seu ente querido e te deixa mais feliz”? Esse será o questionamento a ser respondido por crianças entre 8 e 12 anos, cujos pais são metalúrgicos do município de Jaraguá do Sul. A iniciativa integra o Projeto Mestre Aprendiz, do Programa Trabalho Seguro de Santa Catarina (PTS-SC).

De acordo com a idealizadora da ação, a gestora auxiliar do PTS e juíza da 1ª Vara do Trabalho de Jaraguá do Sul, Adriana Camargo, o intuito é levar o assunto para dentro dos lares desde cedo, proporcionando reflexão e lançando sobre ele uma nova perspectiva. A magistrada explica que o nome foi inspirado pelo fato de que “as crianças ensinam aos adultos grandes lições e possuem uma visão mais pura e curiosa dos fatos do cotidiano. Por isso, são mestres aprendizes”, ressalta.

Em tratativas de implantação desde abril deste ano e aprovado em junho, o projeto-piloto vai entrevistar filhos de trabalhadores filiados ao Sindicato Metal Mecânico (Sindmet). Quem manifestar interesse em participar receberá a visita do jornalista do sindicato em casa, para filmagem de um vídeo. Posteriormente, a intenção é dar ampla divulgação do material na internet.

Depoimento da Juíza Adriana Camargo

Bom dia a todos!

Com alegria venho encaminhar os primeiros e singelos frutos do nosso Projeto Mestre Aprendiz.

Esse projeto piloto foi desenvolvido com um parceiro do PTS – o Sindicato dos Metalúrgicos de Jaraguá do Sul.

Eles foram bem receptivos com a ideia, eu fiz reuniões com os advogados e o presidente do sindicato e depois encaminhei um vídeo explicando a ideia para que eles exibissem para a diretoria. Resolveram encampar o projeto fazendo contato com alguns trabalhadores que tinham filhos (idade de 8 a 12 anos) e aceitassem participar. Houve resistência por causa da pandemia, mas aqueles que aceitaram, o jornalista do sindicato foi até a residência e filmou os depoimentos. Foram poucos, mas fiquei feliz com o resultado e o empenho deles, até porque, após o início do projeto, eu peguei Covid, houve internação, e, por causa disso, eu pouco contribuí.

Nos vídeos, as crianças falam muito em EPI's e na pandemia, inclusive o último vídeo foi toda a família e o trabalhador tinha saído do hospital recentemente, com Covid, inclusive intubado, e foi bem bonito, ele até explica quando ele deve usar luvas no trabalho... achei muito interessante ouvir não só a criança, mas o familiar que trabalha junto.

Bom, com a pandemia, talvez não possamos prosseguir com a intensidade desejada, mas são os primeiros resultados, singelos, mas feitos com carinho.

Depois da entrega dos materiais, dei uma entrevista para uma rádio local sobre o projeto.

Forte abraço a todos.

Fico à disposição.

Notícia disponibilizada pela SECOM do TRT-SC:

Filhos de metalúrgicos falam sobre segurança no trabalho no primeiro vídeo do Projeto Mestre Aprendiz. Iniciativa é do Programa Trabalho Seguro e envolve trabalhadores filiados ao Sindicato Metal Mecânico (Sindmet) de Jaraguá do Sul



Foi publicado nesta terça (21) o primeiro vídeo do Projeto Mestre Aprendiz, em que filhos de metalúrgicos do município de Jaraguá do Sul falam sobre os cuidados que os pais devem ter no trabalho para evitar acidentes.

Idealizado pela gestora auxiliar do Programa Trabalho Seguro (PTS) e juíza da 1ª Vara do Trabalho de Jaraguá do Sul, Adriana Camargo, o intuito do projeto é levar o assunto para dentro dos lares desde cedo, proporcionando reflexão e lançando sobre ele uma nova perspectiva.

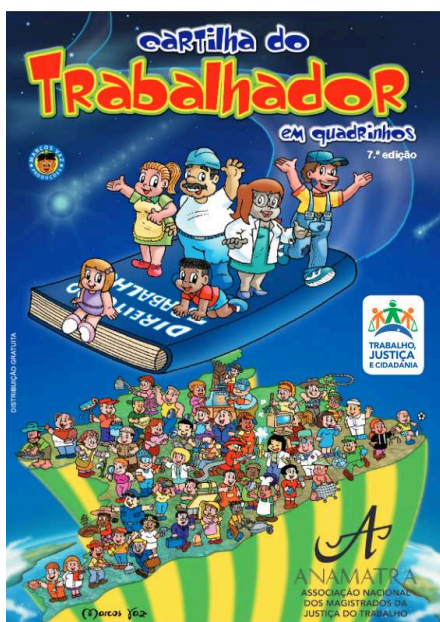


Juíza Adriana Camargo (esq.) em reunião com o Sindmet de Jaraguá do Sul: tratativas de implantação do Projeto Mestre Aprendiz tiveram início em abril de 2021

“As crianças aprendem sim conosco, adultos, mas também trazem muitos pontos de vista que nós desconhecemos. Será uma grande oportunidade para discutirmos esse assunto dentro de casa, ensinar um pouco e aprender muito com essas crianças”, afirma a magistrada no vídeo. Entre as principais recomendações trazidas pelos pequenos entrevistados, que têm idades entre 8 e 14 anos, estão o uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e os cuidados relacionados à prevenção do contágio pela Covid-19.

Em tratativas de implantação desde abril deste ano e aprovado em junho, neste piloto o Projeto Mestre Aprendiz entrevistou filhos de trabalhadores filiados ao Sindicato Metal Mecânico (Sindmet) de Jaraguá do Sul.

8.9.6. Solicitação de Cartilha do Trabalhador à ANAMATRA



Local: Chapecó, SC

Data: 31 de agosto de 2021

Representante do PTS-SC: Juiz Gestor Auxiliar Carlos Frederico Carneiro

Encaminhamento de solicitação à Anamatra para fornecimento de 1.500 exemplares da Cartilha do Trabalhador em Quadrinhos, por ela editadas, ao Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Chapecó - SITICOM de Chapecó.

As cartilhas serão distribuídas aos dependentes das trabalhadoras e dos trabalhadores representados pelo SITICOM de Chapecó, em virtude do projeto CIPA na Escola promovido por aquela entidade sindical.

8.9.7. Participação na elaboração de pesquisa de avaliação dos impactos da COVID-19 na saúde de servidores e magistrados do TRT-SC

Local: Florianópolis, SC

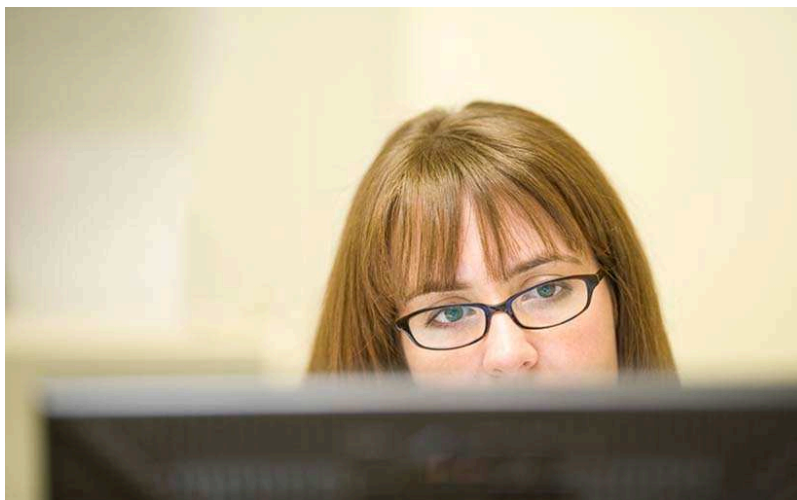
Data: 16 de setembro de 2021

Representante do PTS-SC: Juiz Gestor Regional Ricardo Jahn

Notícia disponibilizada pela SECOM do TRT-SC:

Pesquisa avalia impactos da Covid-19 no quadro do Tribunal

Levantamento vai orientar ações voltadas à saúde de magistrados e servidores



O Programa Trabalho Seguro do TRT-SC e o Comitê Gestor de Atenção Integral à Saúde de Magistrados e Servidores lançaram uma pesquisa online para avaliar os principais impactos e desafios que o enfrentamento à pandemia da Covid-19 trouxe para profissionais e as equipes que atuam no Tribunal. Magistrados e servidores podem colaborar preenchendo este formulário digital (a participação é anônima e leva poucos minutos).

As perguntas abordam a realização de testes, a percepção sobre possíveis sintomas ou sequelas da doença e também a repercussão emocional que casos envolvendo parentes, amigos ou colegas provocaram. Os dados vão ajudar a identificar as principais transformações e desafios vivenciados pela comunidade do TRT-SC, orientando ações voltadas para o bem-estar de servidores e magistrados.

Formulário da pesquisa:

28/09/2021 Pesquisa do Programa Trabalho Seguro

Pesquisa do Programa Trabalho Seguro
Prezado(a) magistrado(a) e servidor(a),

A pandemia do novo Coronavírus provocou uma série de mudanças na vida de todos. Foi necessário aprender a lidar com a nova doença tanto no âmbito profissional quanto pessoal. Para entender os efeitos desta pandemia e possibilitar ações voltadas à saúde de magistrados e servidores, você está sendo convidado(a) a participar da seguinte pesquisa:

* Informamos que a pesquisa é anônima.

***Obrigatório**

1. 1. Você é: *

Marcar apenas uma oval.

☐ Magistrado (a)

☐ Servidor (a)

2. 2. Sexo: *

Marcar apenas uma oval.

☐ Masculino

☐ Feminino

☐ Desejo não informar

3. 3. Você teve ou está com Covid-19? *

Marcar apenas uma oval.

☐ Sim

☐ Não

☐ Não sei

<https://docs.google.com/forms/d/16403N4VUMqjW6AYQc73o4e8J5Dyq-0BPYy02uYUu5M/edit>

1/6

28/09/2021 Pesquisa do Programa Trabalho Seguro

4. 4. Se respondeu sim na questão anterior, seu diagnóstico foi confirmado por teste? *

Marcar apenas uma oval.

☐ Sim

☐ Não

☐ Não se aplica

5. 5. Se afirmativa a resposta anterior, como foi a evolução clínica? *

Marcar apenas uma oval.

☐ Sintomas leves (febre, tosse, dor de garganta, fraqueza, dores no corpo, dor de cabeça, diarreia, perda do olfato, perda do paladar, etc).

☐ Sintomas moderados ou severos (prostração, falta de ar, dificuldade para respirar, presença de pneumonia e/ou lesões pulmonares típicas em exames de imagem, sinais de trombose). SEM NECESSIDADE DE INTERNAÇÃO.

☐ Necessitou de internação.

☐ Necessitou de U.T.I.

☐ Não se aplica

6. 6. Se afirmativa a resposta 3, você ficou com alguma sequência? *

Marcar apenas uma oval.

☐ Sim

☐ Não

☐ Não se aplica

<http://docs.google.com/forms/d/16403N4VUMqjW6AYQc73o4e8J5Dyq-0BPYy02uYUu5M/edit>

2/6

29/09/2021

Pesquisa do Programa Trabalho Seguro

7. 7. Se afirmativa a resposta 6, qual sequência?

8. 8. Se afirmativa a resposta anterior, você fez acompanhamento médico e/ou psicológico pós-covid para tratar ou prevenir possíveis sequelas? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Não se aplica

9. 9. Algum amigo seu ou parente morreu por Covid-19? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim
- ☐ Não

10. 10. Com relação à compatibilidade das atividades profissionais com o trabalho remoto durante a pandemia, você considera: *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Totalmente compatível
- ☐ Em parte compatível
- ☐ Incompatível

<https://docs.google.com/forms/d/16b03N4VUMpW6A/Qc73s0e8jSDYq-QBPY02aYLu9M/edit>

3/6

29/09/2021

Pesquisa do Programa Trabalho Seguro

11. 11. Com relação à percepção de sua saúde geral antes e depois da pandemia: *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ melhorou
- ☐ permaneceu igual
- ☐ piorou um pouco
- ☐ piorou muito

12. 12. Assinale três principais alterações que você sentiu durante o período da pandemia: *

Marque todas que se aplicam.

- ☐ sensação de cansaço durante o dia
- ☐ alterações da rotina do sono
- ☐ alteração de peso
- ☐ dor de cabeça
- ☐ dores musculares e físicas em geral
- ☐ mudança de apetite
- ☐ dificuldade de concentração e/ou de memória
- ☐ pesadelos ou sonhos ruins
- ☐ ansiedade
- ☐ nenhum desses sintomas

13. 13. Percebeu algum outro sintoma não descrito na questão anterior? *

<https://docs.google.com/forms/d/16b03N4VUMpW6A/Qc73s0e8jSDYq-QBPY02aYLu9M/edit>

4/6

29/09/2021

Pesquisa do Programa Trabalho Seguro

14. 14. Assinale até três sentimentos que você percebeu durante a pandemia da Covid-19: *

Marque todas que se aplicam.

- ☐ medo
- ☐ desânimo
- ☐ tristeza e/ou melancolia
- ☐ raiva e/ou irritação
- ☐ desespero
- ☐ desconexão e/ou isolamento
- ☐ pensamentos negativos
- ☐ otimismo
- ☐ alegria e/ou bom humor
- ☐ serenidade e/ou tranquilidade
- ☐ energia e/ou motivação
- ☐ esperança
- ☐ vontade de ajudar
- ☐ nenhum desses sentimentos

15. 15. Percebeu algum outro sentimento não descrito na questão anterior? *

16. 16. O que você percebe que mudou em sua vida pessoal e profissional em relação ao período anterior à pandemia? *

<https://docs.google.com/forms/d/16b03N4VUMpW6A/Qc73s0e8jSDYq-QBPY02aYLu9M/edit>

5/6

29/09/2021

Pesquisa do Programa Trabalho Seguro

17. 17. Durante a pandemia você fez ou está fazendo uso de alguma rede de apoio, como familiares, amigos, acompanhamento psicológico, apoio religioso e/ou espiritual etc? Qual(is)? *

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

<https://docs.google.com/forms/d/16b03N4VUMpW6A/Qc73s0e8jSDYq-QBPY02aYLu9M/edit>

6/6

8.9.8. Participação na Comissão Intersectorial no Município de Luzerna

Local: Luzerna, SC

Data: 3 de novembro de 2021

Representantes do PTS-SC: Juíza Gestora Auxiliar Lisiane Vieira e Juiz Gestor Auxiliar Rogério Dias Barbosa

Notícia disponibilizada pela SECOM do TRT-SC:

GESTORES AUXILIARES DO PROGRAMA TRABALHO SEGURO INTEGRAM COMISSÃO INTERSETORIAL NO MUNICÍPIO DE LUZERNA
Posse aconteceu na quarta-feira (3)



Juíza e gestora auxiliar do Programa Trabalho Seguro em Santa Catarina (PTS) Lisiane Vieira (terceira a partir da esq.) tomou posse na quarta-feira (3)

A juíza e gestora auxiliar do Programa Trabalho Seguro em Santa Catarina (PTS) Lisiane Vieira tomou posse na quarta-feira (3) como membro titular da Comissão Intersectorial de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (CISTT) do município de Luzerna, no oeste do estado. O juiz Rogério Dias Barbosa, que também é gestor auxiliar do PTS, será o suplente.

Instituída em 1990, a CISTT integra o Conselho Municipal de Saúde de Luzerna. Ela objetiva propor ações contemplando os trabalhadores daquele município. Além disso, a comissão também é ouvida para fins de orçamento para a saúde e em campanhas como o Abril Verde, direcionada à prevenção de acidentes do trabalho, entre outras iniciativas.



A oportunidade para compor a CISTT surgiu a partir da parceria que o Programa Trabalho Seguro em Santa Catarina tem com o município. A comissão também é composta por membros provenientes do Ministério Público do Trabalho (MPT-SC), da Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc), de sindicatos de trabalhadores, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-SC) e de outras entidades.

Além de Luzerna, a Justiça do Trabalho de Santa Catarina, por meio do PTS, também integra a CISTT dos municípios de Joaçaba e Herval d'Oeste.

8.10. Publicações

8.10.1. Artigo: Os cuidados com o home office.

Autor: Desembargador Gestor Regional Roberto Luiz Guglielmetto

8.10.2. Artigo: IA e robótica: entre a automação e a (des)proteção do trabalho humano.

Autores: Juiz Gestor Auxiliar Rodrigo Goldschmidt e Advogada e Professora Vivian Graminho

8.10.3. Artigo: Serviços e atividades essenciais em tempos de Covid19: desafios para o direito do trabalho e seus princípios constitucionais.

Autores: Juiz Gestor Auxiliar Rodrigo Goldschmidt e Advogado e Professor Rodrigo Espiúca dos Anjos Siqueira

8.10.4. Artigo: O direito (fundamental) de desconexão como instrumento de proteção e garantia dos direitos fundamentais do trabalhador.

Autores: Juiz Gestor Auxiliar Rodrigo Goldschmidt e Advogada e Professora Vivian Graminho

8.10.5. Artigo: Inteligência artificial (I.A.) e o Direito do Trabalho: possibilidades para um manejo ético e socialmente responsável.

Autores: Juiz Gestor Auxiliar Rodrigo Goldschmidt e Juiz do Trabalho Oscar Krost

9. Utilização de recursos orçamentários

9.1. Exercício de 2020

Para o exercício de 2020, foi disponibilizado pelo TST/CSJT o valor total de R\$ 6.038,00 (seis mil e trinta e oito reais) a título de recursos orçamentários e financeiros destinados ao Programa Trabalho Seguro em Santa Catarina.

Tais recursos não foram utilizados e foram devolvidos na sua integralidade ao TST/CSJT, tendo em vista a impossibilidade da instalação das plotagens de divulgação do Programa Trabalho Seguro, no edifício-sede do TRT 12 e nos prédios dos Fóruns e Varas Trabalhistas de Santa Catarina, em virtude das limitações impostas pela pandemia do Covid-19, as quais acabaram por restringir o acesso às referidas edificações. Diante deste novo panorama, o projeto de execução do serviço de plotagem foi suspenso e adiado para o ano de 2021, motivo pelo qual os recursos orçamentários destinados ao pagamento de parte do referido serviço foram devolvidos ao TST/CSJT.

9.2. Exercício de 2021

Para o exercício de 2021, foi descentralizado pelo TST/CSJT o valor total de R\$ 15.095,00 (quinze mil e noventa e cinco reais) para viabilização das ações do Programa Trabalho Seguro em Santa Catarina.

Os referidos recursos orçamentários foram utilizados em sua integralidade para custear os serviços de instalação de plotagens para divulgação do Programa Trabalho Seguro no edifício-sede do TRT 12 e nos prédios dos Fóruns e Varas Trabalhistas do Estado.